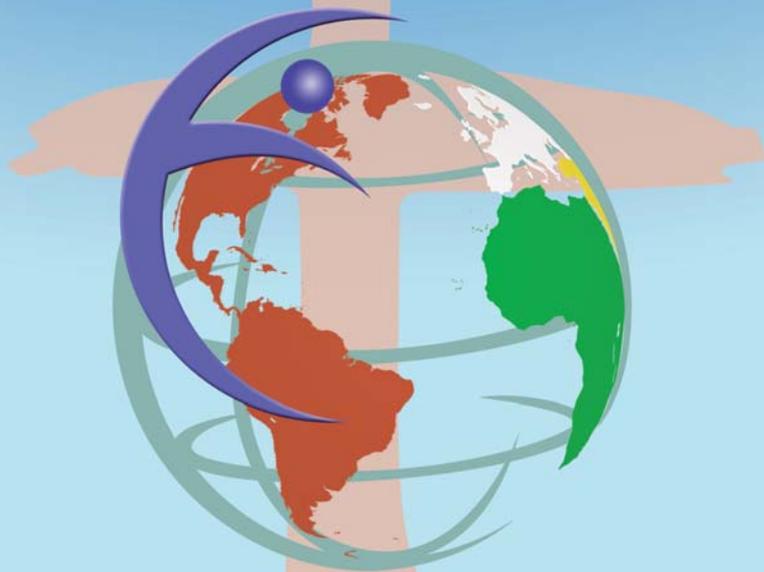


Instrumento de trabalho

"Como o Pai me enviou, assim eu vos envio"
(Jo 20,21)



Discipulado missionário: do Brasil
para um Mundo secularizado e pluricultural,
à luz do Vaticano II

3º Congresso
Missionário
Nacional



12 a 15 de julho
2012
Palmas-TO

Realização



Pontifícias Obras Missionárias



Instrumento de trabalho

3º Congresso Missionário Nacional

Palmas, TO, 12 a 15 de julho de 2012

Lema:

“Como o Pai me enviou, assim eu vos envio” (Jo 20,21)

Tema:

Discipulado missionário: do Brasil para um Mundo secularizado e pluricultural, à luz do Vaticano II

Instrumento de trabalho – 3º Congresso Missionário Nacional.

Tema: “Como o Pai me enviou, assim eu vos envio” (Jo 20,21)

Lema: Discipulado missionário: do Brasil para um Mundo secularizado e pluricultural, à luz do Vaticano II

Direção:

Pe. Camilo Pauletti

Diretor Nacional das POM do Brasil

Textos:

Irmão Israel José Nery, fsc;

Pe. Paulo Suess;

Pe. Estevão Raschietti, sx.

Colaboradores:

Pontifícias Obras Missionárias (POM), Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e a Cooperação Intereclesial, Comissão Episcopal para a Amazônia, Comissão Episcopal da Missão Continental, Conselho Missionário Nacional (Comina), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Centro Cultural Missionário (CCM), Arquidiocese de Palmas (TO).

Revisão: Prof^a Susana Marques Rodrigues de Oliveira

Diagramação: Jovailton Vagner

Impressão: Gráfica e Editora América

Tiragem: 15 mil exemplares

Fevereiro de 2012

Pontifícias Obras Missionárias

SGAN 905 – Conj. B – 70790-050 Brasília – DF

Caixa Postal: 3.670 – 70089-970 Brasília – DF

Tel.: (61) 3340-4494 – Fax: (61) 3340-8660

pom@pom.org.br – www.pom.org.br

Sumário

Apresentação	5
3º Congresso Missionário Nacional	7
Programação	11
Um pouco de história	14
O secular e pluricultural no qual nos cabe ser Discípulos Missionários	15
Discipulado missionário do Brasil para o mundo à luz do Vaticano II e do magistério latino-americano	37
Discípulos missionários e missionárias ad gentes do Brasil para o mundo.....	61

Apresentação

“Como o Pai me enviou, assim eu vos envio” (Jo 20,21)

Vivemos num processo de rápidas mudanças e transformações que afetam a todos, em todos os níveis. Somos convidados e desafiados a fazer nossa parte como Igreja missionária. Para refletirmos juntos sobre nossa caminhada neste mundo secularizado e pluricultural, promovemos o 3º Congresso Missionário Nacional, em Palmas, TO, nos dias 12 a 15 de julho de 2012.

Nesse propósito, estamos unidos a todos os países do nosso continente que se preparam para a celebração do CAM 4 – COMLA 9, que acontecerá na Venezuela nos dias 26 de novembro a 01 de dezembro de 2013 e que terá como tema: “Discípulos Missionários de Jesus Cristo num mundo secularizado e pluricultural”.

Depois de muitos esforços, chegamos até vocês com o instrumento de trabalho para o 3º Congresso Missionário Nacional, que pretende nos ajudar a preparar e viver este momento.

Neste subsídio vamos encontrar: as motivações para o Congresso, os objetivos, a programação, a organização, um pouco da história e a reflexão dos nossos assessores.

O Irmão Nery se debruça sobre o tema do CAM 4 – COMLA 9, que enfoca a missão no mundo secularizado e pluricultural. Retoma a história desde a cristandade até o mundo contemporâneo. Apresenta questionamentos e desafios, assim como alguns encaminhamentos.

Por sua vez, Pe. Paulo Suess nos aproxima de nossa realidade brasileira de discípulos missionários para o mundo, iluminados pelo Concílio Vaticano II e pelos documentos latino-americanos: nos apresenta quem é o mestre e quem somos nós; retoma o Deus do Êxodo no AT, *“Eu sou aquele que sou”*, e o conecta com o Evangelho de São João; faz-nos sentir a profunda e bela herança do Vaticano II e os nossos compromissos como Igreja missionária.

Enfim, Pe. Estevão Raschietti nos fala sobre os discípulos missionários além-fronteiras e da importância da missão *ad gentes* para a caminhada da Igreja no Brasil: *“A Igreja peregrina é por sua natureza missionária”* (AG 2).

Apresentando os aspectos essenciais da missão, ele chama a atenção sobre o perigo de achar que temos preocupações suficientes ao nosso redor: isso acaba sufocando o impulso de sair e de se doar.

É nesse clima de busca e de esperança, que somos motivados a viver este tempo presente, confiando no Espírito do Senhor. Nossa missionariedade faz a diferença! Temos que atear fogo, fazer surgir um novo ardor, a força que impulsiona a se lançar ao mundo! Sair do egoísmo, do comodismo e do apego às coisas, e acreditar que temos muito a contribuir, colocando nossas forças e dons a serviço para um outro mundo possível.

Pe. Camilo Pauletti
Diretor das Pontifícias Obras Missionárias

3º Congresso Missionário Nacional

Palmas, TO, 12 a 15 de julho de 2012

“O mandato de pregar o Evangelho não se esgota com a solicitude pela porção do Povo de Deus confiada aos cuidados pastorais, nem com o envio de qualquer sacerdote, leigo ou leiga fidei donum. O referido mandato deve envolver toda a atividade da Igreja particular, todos os seus sectores, em suma, todo o seu ser e operar (...).

Isto exige que estilos de vida, planos pastorais e organização diocesana se adéqüem, constantemente, a esta dimensão fundamental de ser Igreja, sobretudo num mundo como o nosso em contínua transformação.

E o mesmo vale para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica e também para os Movimentos eclesiais: todos os elementos que compõem o grande mosaico da Igreja devem sentir-se fortemente interpelados pelo mandato de pregar o Evangelho para que Cristo seja anunciado em toda a parte”.

(Mensagem do Papa Bento XVI
para o Dia Mundial das Missões de 2012)

MOTIVAÇÃO

A caminhada dos Congressos Missionários Nacionais (CMNs) chega à sua terceira etapa. Pensados e realizados em vista da convocação aos Congressos Americanos e Latino Americanos Missionários (CAMs – COMLAs), os CMNs propuseram-se como forte momento de reflexão, animação e articulação em torno da natureza missionária da Igreja e de suas tarefas evangelizadoras prioritárias no mundo de hoje, com enfoque na missão *ad gentes*.

O 1º Congresso Missionário Nacional foi realizado em Belo Horizonte, MG, de 17 a 20 de julho de 2003, em preparação do CAM 2 – COMLA 7 na Guatemala. O local desse evento nos remeteu à celebração do V Congresso Missionário Latino-americano (COMLA 5), que aconteceu de 18 a 23 de julho de 1995. Nesta ocasião, refletimos sobre os fundamentos trinitários da Missão, a gratuidade da *Missio Dei*, o protagonismo dos pobres e dos outros, o papel

das pequenas comunidades e a articulação missionária da grande comunidade. O impulso do tema geral expressava o testemunho tocante e profético da Igreja da Guatemala e de toda a América Central: “Anunciar o evangelho da paz a partir da pobreza, da alteridade e do martírio”. Resumimos, então, os nossos compromissos em três palavras-chave: gratuidade, comunidade, projeto.

O 2º Congresso foi realizado em Aparecida, SP, a um ano de distância, e no mesmo local os bispos do Continente se reuniram para celebrar a V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano. A Conferência de Aparecida marcou o passo, o tom e o tema do 2º CMN em vista do CAM 3 – COMLA 8 na cidade de Quito, no Equador, em agosto daquele ano. Refletimos e partilhámos juntos sobre as diversas perspectivas do discipulado-missionário entre paróquia missionária, missão continental e missão *ad gentes*. Fizemos memória dos 40 anos da Conferência de Medellín, onde encontramos o DNA da missionariedade latino-americana, a partir da opção pelos pobres. Aprofundamos o sugestivo tema do CAM 3 – COMLA 8, “Missão *ad gentes* como missão para a humanidade”, à luz do ensinamento do Vaticano II.

Em Belo Horizonte, redescobrimos o fundamento trinitário da missão, particularmente sua origem no Pai e seus desdobramentos na missão do Filho e do Espírito. Em Aparecida, sentimos perpassar, a partir das celebrações e em todos os momentos dos trabalhos, a presença de Nossa Senhora, mãe dos pobres e dos povos, como uma característica profunda enraizada na tradição missionária do Continente. Ela presidiu o Congresso junto a seu Filho Crucificado, e ao povo sofrido que nela deposita todas suas angústias e esperanças, e que acolheu em suas casas os participantes do Congresso. O trem da fé e da missão, dirigido pelo olhar de Maria e pilotado pelos leigos e leigas, convocou religiosas e religiosos, bispos e presbíteros, incorporando-os à marcha: um sinal claro que expressa como se edifica a Igreja e como procede a missão a partir do continente.

O 3º Congresso Missionário Nacional será realizado em Palmas, TO, a mais jovem das capitais de estado, uma das mais jovens arquidioceses do Brasil. O tema do CAM 4 – COMLA 9, a ser celebrado na Venezuela em 2013, nos convida a refletir sobre a missão da Igreja num mundo secularizado e pluricultural, a 50 anos do Concílio Vaticano II. Voltam a ressoar em nós as palavras da *Evangelii Nuntiandi*: “a ruptura entre o Evangelho e a cultura é

sem dúvida o drama da nossa época” (EN 20). Por isso é preciso “chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação” (EN 19).

A Igreja se encontra hoje numa situação de diáspora diante da fragmentação e da multiculturalidade do mundo atual. A hegemonia das tradições religiosas em determinados territórios deixou lugar ao pluralismo possível, graças às encruzilhadas proporcionadas por tecnologias, mercados, mobilidades humanas e aglomerações urbanas. Nesse contexto, a missão *ad gentes* amplia por inércia seu âmbito de ação. Antigamente, na mentalidade da cristandade, ela coincidia com a missão *ad extra*, em territórios culturalmente não cristãos. Hoje, parece impor-se como realidade em qualquer lugar, particularmente nos contextos de antiga tradição cristã.

Mais do que tudo, o anúncio do Evangelho aos povos precisa escolher urgente e decididamente o caminho do diálogo intercultural, inter-religioso e inter *gentes*. A Encíclica *Ecclesiam Suam* de Paulo VI (1964), na época do Concílio, já expressava de maneira contundente essa necessidade:

Nem a guarda nem a defesa são os únicos deveres da Igreja quanto aos dons que possui. Dever seu, inerente ao patrimônio recebido de Cristo, é também a difusão, a oferta, o anúncio: ‘Ide, pois, ensinar todos os povos’ (Mt 28,19). Foi a última ordem de Cristo aos seus Apóstolos. Estes, já com o simples nome de Apóstolos, definem a própria missão indeclinável. A este interior impulso da caridade, que tende a fazer-se dom exterior, daremos o nome, hoje comum, de diálogo (ES 37).

O 3º Congresso Missionário Nacional quer ser um momento propício para refletir sobre a caminhada missionária em nosso país, celebrar as graças que recebemos, agradecer a criatividade e os sacrifícios das nossas testemunhas na fé e, particularmente, aprender a dialogar profeticamente com todos, além do mundo que nos rodeia, além de toda fronteira.

OBJETIVO GERAL

Assumir a dimensão universal da missão, neste mundo secularizado e pluricultural, guiados pelo Espírito, a serviço do Reino, à luz do Concílio Vaticano II e da caminhada da Igreja na América.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Preparar o CAM 4 – COMLA 9;
- Refletir a missão permanente da Igreja no Brasil, neste mundo secularizado e pluricultural, em todas as suas dimensões;
- Acolher práticas missionárias significativas a serviço dos pobres e de diálogo com os outros;
- Fortalecer os projetos missionários *ad gentes* da Igreja do Brasil;
- Incentivar a cooperação intereclesial;
- Articular os organismos e as forças missionárias;
- Despertar vocações missionárias;
- Celebrar a caminhada da dimensão missionária.

TEMA: DISCIPULADO MISSIONÁRIO DO BRASIL PARA UM MUNDO SECULARIZADO E PLURICULTURAL, À LUZ DO VATICANO II.

EIXOS:

- **Secularização:** a missão diante de um mundo secularizado e pluricultural;
- **Vaticano II:** relevância missionária do Concílio Vaticano II, a 50 anos da abertura;
- **Ad Gentes:** a Igreja no Brasil e o compromisso com a missão *ad gentes*.

LEMA: COMO O PAI ME ENVIU, ASSIM EU VOS ENVIO.

MUTIRÕES DE REFLEXÃO:

4 grandes mutirões de reflexão, que por sua vez se subdividirão em oficinas e grupos:

- Infância, adolescência e juventude missionária;
- Leigos e leigas;
- Religiosos e religiosas;
- Ministérios ordenados.

PROGRAMAÇÃO

Nos congressos anteriores o trecho de Lc 24,13-35, os discípulos de Emaús, foi o motivo bíblico condutor de todo o evento. Desta vez escolhemos At 8,26-40, o encontro sugestivo entre Felipe e o etíope. Os dias do 3º CMN ficam estruturados desta maneira: Dia do caminho (At 8,26-28); Dia do encontro (At 8,29-31); Dia da partilha (At 8,32-35); Dia do compromisso (At 8,36-38).

Quinta feira – 12 de julho de 2012 **DIA DO CAMINHO**

14h00 – 18h00 *Credenciamento e acolhida dos participantes*

18h00 – 19h30 Sessão de Abertura

Sexta feira – 13 de julho de 2012 **DIA DO ENCONTRO**

08h00 – 08h30 *Oração*

08h30 – 10h00 Painel temático

Olhar sobre o mundo secularizado e pluricultural no qual nos cabe ser discípulos missionários.

10h00 – 10h30 *Intervalo*

10h30 – 12h00 Conferência

Discipulado missionário do Brasil para um mundo secularizado e pluricultural, à luz do Vaticano II

14h00 – 15h30 Mutirões de reflexão – *Exposições temáticas*

15h30 – 16h00 *Intervalo*

16h00 – 17h30 Mutirões de reflexão – *Debate em grupos*

18h00 – 19h00 *Missa nos mutirões*

Sábado – 14 de julho de 2012 **DIA DA PARTILHA**

08h00 – 08h30 *Oração*

08h30 – 10h00 Mutirões de reflexão – *Partilha e testemunhos*

10h00 – 10h30 *Intervalo*

10h30 – 12h00 Mutirões de reflexão – *Sínteses e conclusões*

14h00 – 15h30 Painel de experiências missionárias significativas

15h30 – 16h00	<i>Intervalo</i>
16h00 – 17h30	Painel de experiências missionárias significativas
<i>19h00 – 20h00</i>	<i>Nas paróquias, missa – Confraternização e momento cultural</i>

Domingo – 15 de julho de 2012 **DIA DO ENVIO**

<i>08h00 – 08h30</i>	<i>Oração</i>
08h30 – 10h00	Sessão de encerramento: apresentações dos mutirões
<i>10h00 – 10h30</i>	<i>Intervalo</i>
10h30 – 12h00	Celebração final e envio missionário

PARTICIPANTES

O 3º Congresso Missionário Nacional conta com a participação de mais de 600 pessoas. Os convidados são os delegados dos Conselhos Missionários Diocesanos (COMIDIs), de Instituições e Organismos missionários engajados na animação missionária de suas Igrejas. Cada Regional da CNBB, por meio de seu Conselho Missionário Regional (COMIRE), terá à disposição um número de vagas proporcional ao número de suas dioceses, e compõe o grupo de participantes de acordo com sua própria realidade eclesial.

Convida-se a escolher pessoas que saibam debater e levar contribuições aos temas propostos, de modo que o resultado da reflexão conjunta seja representativo da caminhada missionária das diversas Igrejas.

Por isso, a indicação e a inscrição dos participantes deverá seguir critérios bem definidos, além de uma composição heterogênea entre presbíteros, religiosos/as e leigos/as, representantes de instituições, assessores e coordenadores de pastoral e bispos da Dimensão Missionária dos Regionais.

ORGANIZAÇÃO

1. O COMINA, através de sua equipe executiva e dos coordenadores dos Regionais, promove este evento, assume sua condução e convoca os participantes.
2. A Presidência do Congresso será constituída por:
 - Presidente de honra: DOM PEDRO BRITO GUIMARÃES, Arcebispo de Palmas, TO;
 - Presidente do Congresso: DOM SÉRGIO BRASCHI – Bispo de Ponta Grossa, PR, e Presidente do Conselho Missionário Nacional (COMINA)
 - Presidente executivo: PE. CAMILO PAULETTI – Diretor das Pontifícias Obras Missionárias (POM);
 - Vice Presidente: IR. MÁRIAN AMBROSIO – Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB);
 - Coord. da Assessoria: PE. ESTEVÃO RASCHIETTI, SX – Secretário Executivo do Centro Cultural Missionário (CCM);
 - Secretário Executivo: PE. FÁBIO GLEISER – Coordenador do Conselho Missionário Diocesano de Palmas.
3. A Arquidiocese de Palmas é responsável pela organização da infraestrutura, do alojamento, da alimentação, do transporte, do credenciamento, da acolhida, da animação, da liturgia, do bem-estar/saúde, da segurança, da limpeza e da supervisão.
4. Uma equipe da CRB se encarregará da secretaria do evento.
5. A divulgação do evento e o contato com órgãos de imprensa têm como responsável o Pe. Jaime Patias, IMC, Diretor da Revista Missões.
6. Os recursos financeiros serão garantidos pelos organismos e instituições ligadas ao COMINA e pelos participantes.

Brasília, DF, 21 de fevereiro de 2012

Um pouco de história

A caminhada eclesial e missionária da Igreja na América Latina rumo a uma progressiva, responsável e original abertura universal ficou profundamente marcada pelos **Congressos Missionários Latino-Americanos (COMLAs)**.

Os COMLAs tiveram origem nos Congressos Missionários Nacionais do México. Foram promovidos pelas Pontifícias Obras Missionárias (POM) e organizados com a colaboração co-responsável das Conferências Episcopais.

O México foi um dos primeiros países da América Latina a organizar-se na dimensão missionária. Até 1977, já havia realizado **seis Congressos Missionários Nacionais**.

Nesse ano, celebrava-se o 7º Congresso Missionário Nacional mexicano, em Torreón.

Por iniciativa do Card. Agnelo Rossi, então Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, enviado especial do Papa para o evento, foram convidados ao Congresso os bispos responsáveis de Comissões Missionárias das respectivas conferências episcopais e os Diretores Nacionais das Pontifícias Obras Missionárias de vários países latino-americanos, que lhe imprimiram um caráter quase continental, lançando-se a proposta de repetir a experiência em nível de América Latina, a cada cinco anos. O congresso de Torreón tornou-se, assim, o **1º Congresso Missionário Latino-Americano (COMLA 1)**.

No ano de 1999, por ocasião do 6º COMLA em Paraná (Argentina), o Congresso abriu suas fronteiras a todo o Continente Americano, tornando-se assim o **CAM 1 (Primeiro Congresso Missionário Americano)**.

No próximo ano, nos dias 26 de novembro a 1 de dezembro de 2013, na Venezuela, estaremos unidos a todos os países do nosso continente para o **CAM 4 – COMLA 9**.

1977 – COMLA 1, Torreón (México)

1983 – COMLA 2, Tlaxcala (México)

1987 – COMLA 3, Bogotá (Colômbia)

1991 – COMLA 4, Lima (Peru)

1995 – COMLA 5, Belo Horizonte (Brasil)

1999 – COMLA 6/CAM 1, Paraná (Argentina)

2003 – COMLA 7/CAM 2, Cidade da Guatemala (Guatemala)

2008 – COMLA 8/CAM 3, Quito (Equador)

O secular e pluricultural no qual nos cabe ser Discípulos Missionários

*Irmão Nery, fsc**

Introdução

O CAM 4 – COMLA 9 acontecerá em novembro de 2013 em Maracaibo, Venezuela. O tema: *Discípulos missionários de Jesus Cristo, a partir da América, num mundo secularizado e pluricultural*, com o lema: *América Missionária partilha tua Fé*.

Dois eventos de cunho internacional marcam a preparação deste grande Congresso em Maracaibo na Venezuela: o primeiro Simpósio Missionário Internacional, celebrado em janeiro de 2011, em Caracas, Venezuela, que abordou o tema *Secularização, presente e futuro, desafio para a missão*; e o segundo Simpósio Missionário Internacional, na cidade do Panamá, entre os dias 23 e 27 de janeiro de 2012 com o tema: *Pluriculturalidade, presente e futuro, desafio para a missão* e o lema: *E passaram para a outra margem* (Jo 6,17).

As Pontifícias Obras Missionárias do Brasil (POM) e o Conselho Missionário Nacional (COMINA) promoverão, nos dias 12 a 15 de julho de 2012, em Palmas, TO, como parte da preparação ao CAM 4 – COMLA 9, o Terceiro Congresso Missionário Nacional, com o tema *Discipulado missionário: do Brasil para um Mundo secularizado e pluricultural, à luz do Vaticano II*.

Celebraremos, a partir de outubro de 2012, os 50 anos do início do Concílio Vaticano II (1962-1965), um precioso fruto da docilidade de João XXIII e de grande parte da Igreja Católica ao Espírito Santo. No dizer do Padre Manoel Godoy:

Era preciso reencontrar o caminho do diálogo da Igreja com a sociedade, que havia sofrido uma ruptura drástica com o advento da modernidade e do positivismo. Eram tempos da emergência da secularização. Hoje, o desafio se desloca para o aprendizado difícil da convivência num mundo plural. A Instituição Católica já não é mais a única instituição religiosa produtora de bens simbólicos capaz de oferecer codificação global às relações humanas.¹

¹ GODOY, Manoel: *Concílio Vaticano II: balanço e perspectivas à luz dos seus 40 anos*, in Revista Eclesiástica Brasileira, REB, nº 259, Editora Vozes, Petrópolis, 2005

* Irmão Israel José Nery, Irmão Nery, como é mais conhecido, lasalista, autor de dezenas de livros, é considerado uma das maiores referências da catequese no País.

Cabe, neste texto preparatório ao Terceiro Congresso Missionário Nacional, apresentar algumas reflexões sobre o mundo secularizado e pluricultural, com seus desafios e oportunidades para os Discípulos Missionários na América e, a partir da América, para o mundo. Dividimos o texto em três partes: 1) Cristandade, secularização e secularismo; 2) O mundo pluricultural em que estamos mergulhados; 3) Alguns encaminhamentos.

1. Cristandade, secularização e secularismo

1.1 A CRISTANDADE

Do final do século IV ao século XII, com fortes consequências posteriores, e que em parte até hoje ainda perduram em alguns lugares, aconteceu uma profunda impregnação de tudo na sociedade pelo cristianismo. Durante um longo período da história ocidental, mormente na Idade Média, reinou plenamente a cristandade², que fez as pessoas e grupos terem, como uma atitude quase espontânea e natural, o hábito de se referir a Deus. Tudo partia do sagrado, girava e se desenvolvia nele. Nada tinha sentido sem referência a Deus e à religião.

O cristianismo, depois de muito perseguido pelo império romano, alcançou a liberdade com o Edito de Tolerância, em Milão, decretado pelo imperador Constantino, em 313 dC. Mais tarde, o imperador Teodósio I, o Grande, (347-395), declarou, em 380, o cristianismo como a religião oficial do Império Romano. Estabeleceu-se, daí em diante, a união oficial entre o cristianismo e o Estado, que, aos poucos, se solidificou durante quase dez séculos, chegando a tal ponto que interferir com a religião cristã era também interferir com o Estado. Para garantir proteção contra toda e qualquer possibilidade de intento de mudança, tanto no modo de pensar como de agir, iniciativas foram tomadas pelo Estado e pelo cristianismo. O ponto mais alto

² Há duas cristandades. A cristandade oriental, Igreja Ortodoxa, que começou a se desmembrar da Igreja de Roma em 395 e culminou com a separação em 1054, quando era Patriarca de Constantinopla, Miguel I, Cerulário (1000-1059); e a cristandade ocidental, que dominou o ocidente, particularmente a Europa, até o século XII e continuou a influenciá-lo fortemente por todo o primeiro milênio da era cristã.

deste pacto aconteceu com a Inquisição.³ As pessoas suspeitas de propor alguma mudança no pensamento, nas convicções, nas ciências e na estrutura social e religiosa passaram, então, a ser perseguidas, presas, torturadas e assassinadas. Foi, sem dúvida, uma página horrível na história do ocidente, principalmente para a religião cristã.

LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA, DE PENSAMENTO E DE ESCOLHA

Mas, do século XIII em diante – e a semente se encontra nos escritos do franciscano Frei Guilherme de Ockham (1285-1347)⁴ –, a filosofia e o estilo de vida no dia-a-dia começaram a abrir espaço para a possibilidade da distinção teórica e prática entre direito natural e direito sagrado, entre o “profano” e o “sagrado”. As coisas deste mundo, do tempo do aqui histórico-geográfico, da vida de todos os seres, e especialmente do ser humano, têm em si mesmas sentido, valor e cidadania, mesmo sem referência explícita a Deus e sem o aval da religião. Ockham, em sua polêmica com o Papa João XXII, redigiu vários ensaios defendendo a tese de que a autoridade do líder é limitada pelo direito natural e pela liberdade dos liderados, e que isto está afirmado nos Evangelhos. Ele denunciava abertamente aqueles que, em nome da religião, usurpavam o livre arbítrio, a liberdade de pensamento e de escolha do ser humano. E ele afirmava que a liberdade humana é dom de Deus e da natureza, como, aliás, a religião cristã ensina; e concluía que, se é assim, evidentemente a liberdade precisa ser respeitada primeiramente pelo Papa. Evidentemente, como era de se esperar, a situação dele com a Igreja hierárquica tornou-se muito difícil.

SECULARIDADE DESTE MUNDO

A partir de Ockham foi acontecendo, aos poucos, um resgate do esquecido conteúdo da palavra “aión”, muito importante na cultura grega, e que foi tradu-

³ *Inquisição* (inquirir, indagar, investigar, interrogar judicialmente). A Santa Inquisição ou Santo Ofício tinha como objetivo instaurar oficialmente um processo jurídico contra as pessoas que não aceitavam a doutrina e a moral da Igreja Católica, e puni-las. Os suspeitos de heresia representavam uma ameaça à autoridade clerical e do Estado, e a Inquisição era um recurso para impor à força a supremacia católica, fazendo calar e mesmo exterminando os que não aceitavam o que a Igreja ensinava.

⁴ Guilherme de Ockham (1285-1347), frade franciscano, é considerado o último grande filósofo medieval, já na transição para o pensamento renascentista. Trabalhou em Oxford, em Avinhão e em Munique, sempre fugindo da perseguição da hierarquia católica, que o acusava de ser um herege pelas idéias veiculadas em seus livros com fortes críticas ao poder do Papa.

zida para o latim pelo termo *saeculum* (o que é do mundo) – termos usados para expressar que as realidades deste mundo têm valor, com isso, a humanidade ocidental, até então toda imbuída da religião, passava a conviver com crescentes grupos de pessoas que lidavam com as realidades deste mundo, mas sem necessariamente referi-las a Deus e à autoridade da religião, porque essas realidades seculares ensinavam, de modo especial, que a liberdade humana tem em si mesma valor, utilidade e leis específicas no grande concerto do cosmos.

Aos poucos, apesar dos conflitos inerentes às novidades, o mundo ocidental foi incorporando, como natural e normal, a secularidade de tudo o que existe. E esta assimilação foi facilitada pelo fato de a secularidade, em si, não excluir a possibilidade de divindade e de religião. Hoje, no século XXI, já não se atribui significado religioso às realidades deste mundo, nem sequer às doenças e às catástrofes naturais, antes interpretadas como castigos de Deus. As ciências estão aí para dar explicações aos fenômenos da natureza e para avançar na pesquisa em busca dos segredos e mistérios de tudo o que existe no macro e no microcosmos.

1.4 O SECULARISMO E O ATEÍSMO

Mais tarde, porém, especialmente nos séculos XVII e XVIII, com a influência dos enciclopedistas franceses⁵ e, de modo especial, de alguns filósofos como Descartes, Hobbes, Montesquieu, e, acima de todos, Emanuel Kant, a cidadania da secularidade foi levada aos píncaros. De fato, os filósofos do

⁵ O Iluminismo, iniciado na Inglaterra, na Holanda e na França, nos séculos XVII e XVIII, foi um movimento cultural que fez avançar as idéias da liberdade, especialmente da liberdade política, econômica, cultural e religiosa. Filósofos e economistas exaltavam e impulsionavam a luz do conhecimento racional. O matemático Decartes (1596 - 1650) foi quem antecipou, no século XVII, as idéias que alguns pensadores iluministas ingleses, como John Locke e Isaac Newton, desenvolveram tendo grande aceitação na França do século XVIII. Estas idéias foram assumidas e desenvolvidas por Voltaire (1694 - 1770), o maior dos filósofos iluministas franceses, e um dos maiores críticos do Antigo regime e da Igreja. Ele defendia ferrenhamente a liberdade de pensamento e de expressão e previa que a partir dos ideais iluministas aconteceria uma grande revolução na França. No campo político, a maior influência foi de Montesquieu (1698-1755), que propunha a divisão do poder em executivo, legislativo e judiciário, mantendo-se, porém, em equilíbrio permanente. Jean Jacques Rousseau (1712-1778) distinguiu-se por criticar a burguesia e a propriedade privada. O auge do iluminismo político e filosófico na França aconteceu quando seus princípios foram colocados em prática por meio da Revolução Francesa (1789-1799). Cf. HIMMELFARB, Gertrude: *Os caminhos para a modernidade* – Ed. É Realizações, 2011, que destaca a proeminência dos filósofos britânicos iluministas sobre os iluministas franceses.

iluminismo (a razão humana autônoma e independente é a luz de tudo e a tudo ilumina) passaram a endeusar a razão, estimulando o ser humano a ousar, pensar e agir por si mesmo, sem autoridade alguma acima da razão soberana, principalmente, a do poder religioso.⁶

Abria-se, assim, com esta ousadia do endeusamento da razão e da liberdade – e também da crença no poder da ciência, da tecnologia e da indústria – o caminho para uma novidade na consideração das realidades deste mundo, de tudo o que existe, isto é, o secularismo. Mais que aceitar o valor em si de tudo o que existe, introduziu-se a separação, a mais clara possível, entre o sagrado e profano, particularmente no terreno do pensamento, da ciência, da política e da economia, assim como da organização democrática do Estado.

Nascem assim os Estados políticos com a separação entre religião e Estado, entre Igreja e Estado. Esta situação é denominada, também, de laicismo, marcado pela liberdade de consciência, a igualdade entre os cidadãos e a valorização da total independência da política em relação à religião. Quase sempre este último item traz consigo forte desvalorização da religião. Esta posição dá margem, aos poucos, à rejeição do sagrado, da divindade, da religião, enfim, de Deus. Em alguns casos, chega-se a respeitar os que crêem em alguma divindade e tentam viver segundo suas crenças, preservando-se, porém, qualquer possibilidade de influência e interferência da religião no Estado.⁷

E o passo seguinte, em relação à rejeição da religião, não podia ser outro do que o ateísmo, isto é, o esforço para provar que Deus não existe e que a religião não tem sentido, é uma ilusão, pois é construída e administrada a partir de e sobre uma ilusão. Mais que isso, a religião não é apenas inútil,

⁶ Emanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano dos mais influentes no mundo ocidental, ensina que o ser humano precisa guiar-se por sua própria razão, sem deixar-se enganar por crenças, tradições e opiniões alheias. É com esta ousadia de pensar e agir, diz ele, que acontecerá a grande libertação da menoridade humana, deixando de ser uma criança e tornando-se consciente da sua força e inteligência para fundamentar a sua própria maneira de agir, sem estar submisso a doutrinas, leis ou tutela de outra pessoa ou grupo.

⁷ A respeito do humanismo secular, ver os livros do filósofo e fundador do Council of Secular Humanism, Paul Kurtz, e publicados por Prometheus Books: a) *The Transcendental Temptation*; b) *Forbidden Fruit: The Ethics of Humanism*; c) *Living Without Religion: Eupraxophy*; d) *In Defense of Secular Humanism*. Cf. http://www.dantas.com/ateismo/def_hs.htm.

mas é prejudicial ao ser humano e ao universo, pois dificulta e impede que a razão avance na conquista do saber e que a ciência desvende os segredos do universo e da vida humana.⁸

Esta postura radical levou alguns regimes políticos a uma ferrenha perseguição religiosa, a exemplo da Revolução Francesa, a primeira a aplicar na organização social e política os princípios da filosofia iluminista, levando à guilhotina não apenas a liderança religiosa, mas também a liderança política, científica e cultural (o Antigo Regime), não compatível com os ideais do iluminismo. Mais e mais pessoas e grupos passaram a acreditar que o ser humano deixaria de crer em Deus e de referir-se a uma religião, pois estariam superados pela ciência e pela tecnologia, que a tudo respondia e, mais ainda, tinha possibilidade de criar o paraíso aqui na terra.

O resultado, porém, foi o fracasso total destas promessas messiânicas, como o comprovam as duas guerras mundiais, as ditaduras políticas, a mercantilização de tudo, inclusive da vida humana e da religião. As desastrosas consequências estão às claras como o vazio interior do ser humano, dominado pelos ídolos do ter, do poder, do prazer, do dinheiro e do consumo. Em seu discurso no Encontro das Religiões, em Assis, além de denunciar veementemente o uso da religião para legitimar a violência, o terrorismo e as guerras, assim Bento XVI falou no dia 1 de novembro de 2011:

A adoração do dinheiro, do ter e do poder revela-se uma contra-religião, na qual já não importa o homem, mas só o lucro pessoal. O desejo de felicidade degenera num anseio desenfreado e desumano como se manifesta, por exemplo, no domínio da droga com as suas formas diversas. Aí estão os grandes que com ela fazem os seus negócios, e depois tantos que acabam seduzidos e arruinados por ela tanto no corpo como na alma.

⁸ A Revista Veja, de 25/12/2002, às páginas 116-120, inicia sua reportagem sobre “A sobrevivência da fé” com esta síntese: Deus foi morto no século XIX e os matadores são conhecidos. Karl Marx, Charles Darwin, Friedrich Nietzsche e Sigmundo Freud, para ficar nos nomes mais grandiosos, elaboraram teorias para o mundo e para a natureza humana que prescindiam das explicações tradicionalmente oferecidos pela religião. Mais do que prescindiam: competiam com elas, com todas as vantagens oferecidas pela lógica e pela irreversível marcha da história. Os seres humanos, que desde a noite dos tempos se perguntavam de onde viemos e para onde vamos, já podiam buscar respostas fora da esfera divina.

A violência torna-se uma coisa normal e, em algumas partes do mundo, ameaça destruir a nossa juventude. Uma vez que a violência se torna uma coisa normal, a paz fica destruída e, nesta falta de paz, o homem destrói-se a si mesmo. A ausência de Deus leva à decadência do homem e do humanismo.

Mesmo com os avanços inimagináveis da ciência e da tecnologia, nada está satisfazendo, num razoável mínimo humano, a sede de felicidade, paz, segurança, amor, sentido para a vida e para o mundo. E uma das consequências deste vazio está no crescimento das vias de fuga, principalmente o complexo mundo da droga, da exploração sexual, do devaneio via internet e da ocupação da vida com espetáculos fugazes (cine, grandes shows, CDs, DVDs, ídolos da arte e da comunicação...).

1.5 O RETORNO DA BUSCA DO "HUMANUM" E, PORTANTO, DA TRANSCENDÊNCIA

Nestes últimos anos o ateísmo militante teve manifestações de grande repercussão, sobretudo, por envolver cientistas e intelectuais de renome.⁹ Estes reacionários, porém, estão ainda no passado, especialmente no século XIX, já que a partir da Segunda Guerra Mundial, apesar da forte influência marxista e de alguns filósofos, intelectuais e cientistas existencialistas ateus, a abertura ao transcendente foi se firmando. Já a partir de meados do século XX, o predomínio da racionalidade, da frieza, dos números, dos resultados mensuráveis e da aceitação apenas do que é comprovado cientificamente dá espaço para expressões antes nada aceitas pelas empresas, pelas organizações sociais, pelos governos. Eis alguns exemplos: "alma da empresa", "missão social da empresa", "ecologia dos negócios", "responsabilidade social das empresas", "resgate da ética pública", "combate à pobreza e à miséria", "respeito

⁹ VIDIGAL DE CARVALHO, José Geraldo: O fenômeno do ateísmo no mundo de hoje, disponível em <http://www.consciencia.org/ateismovidigal.shtml>, acessado dia 15/12/2011. Quanto aos principais escritores ateus militantes no momento referimo-nos a três deles: 1. DAWKINS, Richard: a) *Deus, um delírio* (Companhia das Letras, 2006); b) *O capelão do diabo* (Companhia das Letras, 2005); c) *Desvendando o Arco-Íris* (Companhia das Letras, 2000); 2. HARRIS, Sam: a) *The End of the Faith* (O fim da fé), ainda não traduzido; b) *Carta a uma nação cristã* (Companhia das Letras, 2006); 3. HITCHENS, Christopher: *Deus não é grande*, Ediouro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

e reconhecimento da alteridade e da diversidade sexual”, “luta contra a violência doméstica e social e contra a pedofilia e a exploração sexual, assim como contra o tráfico de pessoas, as ditaduras de todos os tipos, os terrorismos e corrupção política, econômica e cultural, etc.”

Em tudo isso, sem dúvida, a preocupação com o *humanum*, com os valores, com a cidadania e com a capacidade de trabalho em equipe, vem aumentando em todas as partes, como uma necessidade em cada pessoa, grupo e organização social. E por mais que empresas e muitas mídias permaneçam ainda acorrentadas à busca do lucro, à custa do sofrimento das pessoas e da natureza, e outras exploram a seu favor a luta pelo *humanum*, percebe-se que a priorização da vida, da pessoa humana, da comunidade humana e do bem estar físico, psíquico, social e religioso de cada ser humano se torna evidente.

1.6 O RETORNO À SACRALIDADE

Mas, no coração da modernidade racional, científica e secular, surgem correntes de novas sacralidades. É crescente o interesse por bruxas, videntes, astrólogos, adivinhos, pastores, líderes religiosos, especialmente mobilizadores de grandes massas, igrejas das mais diversas denominações e grupos procurando forças divinas na natureza (montanhas, cristais, cascatas, grutas). É grande o sucesso da literatura e dos filmes com bruxas, vampiros e seres sobrenaturais (Harry Potter, Crepúsculo, Avatar e outros tantos) e cultos a ídolos tais como Elvis Presley, Michael Jackson, entre outros. Vimos como meros romances e novelas, com falsos fundamentos históricos espertamente manipulados, mexem fortemente com as pessoas, tais como o Código Da Vinci, Anjos e Demônios, Maria Madalena. E, no Brasil, Paulo Coelho é a referência para este tipo de literatura.

No universo do mundo cristão, ao mesmo tempo em que as igrejas tradicionais perdem adeptos, elas são vistas, por pessoas que transitam na modernidade a caminho da pós-modernidade, como demasiadamente formatadas em ritos, hierarquias eclesásticas, muita burocracia, formalidade, clericalismo, doutrina e moral rígidas, sacramentalização, cerebralização da religião cristã e estrutura pastoral medieval. Enquanto isso acontece, novas igrejas e grupos cristãos experimentam um vertiginoso crescimento. Eles

mexem fortemente com a emoção, com a vida do dia-a-dia, especialmente com o sofrimento, o desemprego, a doença, com os desejos humanos, a fome e sede de felicidade, dão muito valor ao poder de Deus sobre o demônio e os males, destacam os milagres e a recompensa pela generosidade na doação de dinheiro e bens para Deus.

O trânsito entre as Igrejas cristãs, especialmente da Igreja Católica para as demais denominações religiosas cristãs e pseudocristãs, tem assustando de modo especial a Igreja Católica, que vem procurando ir às causas e buscar soluções. E uma das causas mais graves, já detectada, é que uma alta porcentagem de católicos é formada por pessoas não convertidas a Jesus Cristo, ignorante de sua fé, sem convicções sólidas em termos de ética, moral, valores cristãos, e são religiosamente infantis. Não havendo compromisso com Jesus Cristo, com a Comunidade Eclesial e com a Missão Salvífica, esses católicos estão, na verdade, disponíveis a quem lhes oferecer alguma alternativa religiosa que implique conversão e compromisso.

No caso específico do Brasil, a imensa maioria da população, pelo menos 160 milhões de brasileiros sobre um total de 190 milhões, se declara católica, mas, na verdade, significa pouco em termos de vibração por Jesus Cristo, engajamento na Igreja e na Missão e, conseqüentemente, em termos da transformação social de nosso país, à luz dos valores do Evangelho. A partir desta dura realidade, o Documento de Aparecida e a Missão Continental propõem a urgente necessidade de se oferecer a todos os católicos, particularmente aos adultos e aos jovens, a chance para que realizem ou renovem seu encontro pessoal intransferível com Jesus Cristo, e vivenciem um sério processo de conversão, para serem, efetivamente, discípulos missionários segundo o coração do Senhor.¹⁰

1.7 O EMBATE ENTRE SECULARIZAÇÃO, SECULARISMO ESTATAL E A RESSACRALIZAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O retorno ao sagrado nestes últimos tempos não eliminou os ideais e a práxis dos que lutam por uma sociedade secular e mesmo laica, secularista, que vá além da secularidade das coisas. O que se quer, na verdade, é que a

¹⁰ Ver no Documento de Aparecida a Primeira Parte: *A vida de nossos povos hoje*, sobretudo os números 98 e 100 e todo o Capítulo VI: “O caminho de formação dos discípulos missionários” (DAp 204 – 346).

religião, qualquer uma, mas de modo especial o cristianismo, não tenha ascendência nem competência ou força sobre o universo complexo e envolvente da economia, da política, da ciência, da educação e da cultura.¹¹ Neste embate, o cristianismo, que antes dominara no ocidente em todas as esferas humanas, reluta em reconhecer a realidade em que se encontra e se esforça por abrir espaço numa sociedade que, mais e mais, demonstra que não precisa para nada da religião para firmar-se como uma unidade nacional a serviço do povo, especialmente de interesses pessoais e de grupos e corporações, mesmo que em desrespeito frontal à ética e à moral.

No caso do Brasil, um país de forte matriz cultural cristã, predomina na organização política e econômica a secularidade, pois segue um modelo de democracia que dá espaço à religiosidade e à religião, mesmo com grandes manifestações públicas. É, sim, crescente a construção de um estilo de Estado democrático, totalmente autônomo em relação à religião, sendo que suas instituições educativas, sanitárias, culturais devem, em coerência com seus princípios, ser regidas por uma organização própria sem influência e interferência da religião. O Brasil, pelo que se deduz de sua história, pode até chegar à privatização da religião (como prática religiosa privada), portanto, sem manifestações religiosas em público e em espaços públicos; mas dificilmente cairia numa organização estatal secularista, de rejeição da religião e, menos ainda, de estilo ateu militante, com proibição da religião e, até mesmo, com perseguição religiosa.

Neste complexo contexto secular e, por vezes, secularista, assiste-se a uma crescente “mundanização das religiões e igrejas”, especialmente quanto a vestes, linguagem, ritos, lugares, tempos, estilos de culto, com amplo uso de shows midiáticos e do mercado religioso, etc. Há também líderes religiosos

¹¹ Eis uma síntese sobre o tema no artigo *O que é Humanismo Secular?* Fritz Stevens, Edward Tabash, Tom Hill, Mary Ellen Sikes, Tom Flynn: “Os Humanistas Seculares não dependem de deuses ou outras forças sobrenaturais para resolver seus problemas ou oferecer orientação para suas condutas. Em vez disso, dependem da aplicação da razão, das lições da história, e experiência pessoal para formar um fundamento moral e ético e para criar sentido na vida. Humanistas Seculares veem a metodologia da ciência como a mais confiável fonte de informação sobre o que é factual ou verdadeiro sobre o universo que todos partilhamos, reconhecendo que novas descobertas sempre estarão alterando e expandindo nossa compreensão deste, e possivelmente mudarão também nossa abordagem de assuntos éticos”. Cf. http://www.dantas.com/ateismo/def_hs.htm, acessado em 15/12/2011.

que assumem tranquilamente uma certa “teologia da prosperidade”, e que fazem da religião um negócio empresarial e um espaço de ascensão política, econômica, cultural, seguindo o modelo de qualquer grande empresa de negócios do mundo capitalista. Ao zelo, quase irracional, de buscar novos adeptos a todo custo, se soma o interesse de mais ingresso econômico, de crescimento a olhos vistos de sinais de poder, tais como megatemplos, ocupação de espaço no rádio e na TV e aumento do negócio com produtos religiosos, além de forte presença na política e na arte, mormente por meio de espetáculos musicais religiosos e grandes concentrações de massa e passeatas.

Neste complexo universo da secularidade, do secularismo, do ateísmo e do pluralismo, é preciso uma referência ao fundamentalismo. Além do já propalado fundamentalismo em correntes islâmicas, algumas incluindo em seus ensinamentos treinamentos e práticas como o assassinato e o terrorismo, há diversos fundamentalismos também no mundo cristão. Mas o mundo ateu tem revelado ultimamente seu lado fundamentalista, que tem suscitado polêmica, como ocorrido no Brasil, em importante jornal, com o debate, em novembro e dezembro de 2011, com artigos de Ives Gandra Martins, Daniel Sottomaior, Hélio Schwartzman, Cotardo Calligaris e outros.¹² É bom lembrar aqui a frase conclusiva do Documento “A Interpretação da Bíblia na Igreja”¹³ de 1993:

A abordagem fundamentalista é perigosa, pois ela é atraente para as pessoas que procuram respostas bíblicas para seus problemas da vida. O fundamentalismo convida, sem dizê-lo, a uma forma de suicídio do pensamento. Ele coloca na vida uma falsa certeza, pois ele confunde inconscientemente as limitações humanas da mensagem bíblica com a substância divina dessa mensagem.

Toquemos, também, nem que seja de leve, na questão do mundo ur-

¹² Cf. SHWATISMAN *Fundamentos do ateísmo*, in Folha de São Paulo, A2-Opinião, 10/12/2011; CALLIGARIS, Cotardo: *Sentidos do fundamentalismo* in Folha de São Paulo E-21 Ilustrada, 15/12/2011.

¹³ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA: *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. Ed. Paulinas, SP, 1993.

bano, que, no caso do Brasil, congrega mais de 80% da população brasileira e vive crescente onda secular. Nele, no que se refere à Igreja Católica, as Paróquias tradicionais têm cada vez menos fiéis nas missas dominicais e nas diversas pastorais. O domingo, no universo da cidade, é dia de descanso, de lazer, de ficar em casa e de encontrar amigos ou de fugir para outros locais. Feriados religiosos se tornam apenas feriados sem nada de religião. É enorme o contingente de jovens que não comparecem às missas. E, em algumas situações urbanas, o apelo religioso já nem mais existe ou é muito tênue e não exerce atração, ainda mais quando à frente do rebanho estão pastores alienados da realidade e da linguagem do mundo de hoje, acomodados numa sagrada rotina que não lhes permite nem ver o esvaziamento dos templos e muito menos mudar para adaptar, encarnar, inculturar a fé e suas mediações.

Questionamentos

1. O que significa ser discípulo missionário numa sociedade que mais e mais dispensa Deus, dispensa religião, manipula Deus e as festas religiosas tradicionais em função do comércio e do consumo?
2. Como ser testemunha da fé cristã, profeta, missionário neste contexto de secularização e de secularismo?
3. Que sugestões propor para a missão do discípulo missionário neste mundo em mudança e que não dá valor à religião, no caso, ao cristianismo, à Igreja?

2. O mundo plural em que estamos mergulhados

2.1 A DIVERSIDADE: RIQUEZA E DESAFIOS

Basta abrir os olhos, ter os ouvidos atentos, sentir os odores, testar os sabores, tocar as formas e conviver com a natureza, com sua quase infinita biodiversidade, mas, sobretudo, com pessoas para comprovar que, neste imenso universo no qual habitamos, coisas e situações, pensamentos e atitudes, pessoas e o que elas são e realizam são distintas entre si, diferentes,

portanto, formam uma pluralidade em convivência e interação permanentes. Ao ser humano, consciente da pluralidade de tudo o que existe, cabe a tarefa nada fácil, porém necessária, de perceber, analisar, reconhecer, aceitar e tolerar... a existência do diferente e dos diferentes e, como consequência, procurar modos de convivência pacífica com realidades, situações, pensamentos e posturas as mais distintas e até mesmo contraditórias.

A pluralidade do dia-a-dia se manifesta de modo espontâneo, mas também propositalmente organizado pelo poder do pensamento e da ação humana, especialmente nas esferas do pensamento, da arte, das ideologias, do político, do governo e, também, do mundo filosófico e religioso. E a existência e a convivência da heterogeneidade étnica, social, cultural, ideológica, política, artística e religiosa, que garante a pluralidade e é por ela sustentada e protegida, apresentam-se como uma enorme riqueza para este mundo, particularmente para o ser humano e, ao mesmo tempo, como um não menos enorme desafio de como sabiamente acolher esta realidade complexa e bem trabalhá-la em seu favor e em favor da vida com qualidade para o Planeta Terra.

No campo da política, a hegemonia da monarquia e especialmente da ditadura vem sendo substituída pelo pluralismo de propostas que motivam e incentivam a participação dos cidadãos e das cidadãs, de maneira pessoal, grupal e em massa, em busca da corresponsabilidade pelos destinos da casa, da rua, do bairro, da associação, do sindicato, da empresa, da cidade e do Estado. O ideal democrático, aos poucos, foi assimilado pela maioria das pessoas, apesar de países e grupos insistirem no sistema político hegemônico ideológico e partidário. Nestes últimos anos, é avassaladora a onda de manifestações no mundo todo, especialmente no mundo árabe, contra as ditaduras e a favor da democracia. Nesse sentido, um sistema governamental pluralista não funciona como monopólio ou oligarquia de um partido ou de um setor social, mas sim constrói o poder e os destinos das organizações sociais e do país a partir do diálogo, da consulta, do debate, da participação das mais deferentes propostas. É esta, portanto, no campo político, uma das riquezas do pluralismo. Ele permite espaço para diferentes ideologias, formas de governo, modos de eleição, vigilância dos cidadãos sobre os eleitos e mesmo participação nas decisões, na aplicação do que foi decidido, cobrança

e avaliação.

Mas há outros campos em que o pluralismo mostra ser de grande utilidade. É o caso, por exemplo, da filosofia, que até tem uma corrente denominada monismo, que defende a realidade como uma só, com manifestações variadas, mas secundárias. No entanto, a filosofia, por si, considera a totalidade do mundo como uma composição complexa de realidades interdependentes, inter-relacionadas e em constante interação. A busca de resposta às grandes questões humanas, que sempre acompanham a existência (de onde vim, para onde vou, se a vida e o mundo têm sentido, o mal, o mistério da morte, etc.) tem encontrado em todas as partes do mundo respostas diferentes, contrastantes, contraditórias, dando origem a grande pluralismo filosófico.

2.2 A QUESTÃO DO PLURALISMO RELIGIOSO

Não é o caso aqui de entrar no complexo e rico mundo da arte em todas as suas manifestações musicais, pictóricas, teatrais, arquitetônicas e outras, uma das mais fortes comprovações do pluralismo entre os seres humanos. Mas é importante, dentro do tema que estamos tratando, falar um pouco sobre o pluralismo religioso. Segundo a grande antropóloga e pesquisadora científica Margareth Mead¹⁴, uma das provas mais candentes de que achados arqueológicos são de seres humanos ou a eles se referem é, sem dúvida, sinais de culto religioso, pois nenhuma outra criatura neste mundo tem condições de ligação com o sagrado, e fazem manifestações religiosas. Toda religiosidade natural humana e todas as religiões em qualquer povo ao longo da história expressam a busca incansável do ser humano, não tanto de comprovação da existência de um ou mais deuses e outros seres do além-mundo, mas de manter com ele e eles um relacionamento amigável, pacífico, muitas vezes motivado pelo medo, pela consciência da fragilidade, pelo mistério da

¹⁴ Margareth Mead (1901-1978), antropóloga americana, que se dedicou especialmente a pesquisas em Bali, uma ilha da Indonésia, no Pacífico Oeste, em Samoa e na Ilha de Tau. Distinguiu-se em temas relacionados à mulher e à sexualidade, preocupada em provar as influências biológicas e culturais no comportamento dos adolescentes, sobretudo das adolescentes. Em seus artigos, conferências e livros, Margareth sempre fazia aplicações para a sociedade americana. Tinha pertinentes denúncias relacionadas com a educação, a adolescência, a sexualidade, as condutas sociais, os direitos da mulher e a falta de cuidado com a natureza. *Sexo e Temperamento em Três sociedades Primitivas* foi um dos livros mais influentes de Margareth Mead.

geração da vida no ventre materno, pelo enigma da morte, pela busca de um sentido para a vida e para o mundo e especialmente para o sofrimento e a morte.

A consciência religiosa, que foi se expandindo e se diversificando em expressões verbais (orações, cantos, discursos, gritos, clamores), em gestos e coreografias (inclinações, elevação dos braços, danças) em escritos, vestimentas, ritos e organizações, também recorreu à ajuda de drogas alucinógenas, a oferendas e a sacrifícios sangrentos de animais e também de seres humanos. Ela está segura de ser a expressão mediadora do contato humano com o divino e da manifestação divina ao ser humano. As religiões tematizadas e estruturadas se diversificaram segundo as diferentes áreas geográficas e culturais do mundo. Mas, na verdade, elas todas constituem partes de uma grande sinfonia em construção no sonho humano da unidade de todos os seres humanos num mesmo Deus e numa mesma fraternidade religiosa.

É evidente, portanto, que neste contexto plural religioso fique muito difícil aceitar que apenas uma tradição religiosa, por mais perfeita que seja ou julgue ser, pretenda ser toda a verdade, a única religião e que não permita a existência de outras. Isso simplesmente porque se esta religião se julgar a única estará descartando um dom do verdadeiro Deus para toda a humanidade, que é exatamente a beleza da diversidade, da alteridade, do pluralismo, um Deus que, portanto, acolhe em sua infinita bondade e misericórdia todas as religiões e manifestações religiosas que o ser humano, na sinceridade de sua consciência, acredita ser para ele o melhor caminho para a comunhão com a divindade e para a construção de um mundo justo e solidário.

A existência do pluralismo religioso acarreta o pluralismo teológico, que tem como base a aceitação de que todas as religiões são caminhos úteis para se chegar ao conhecimento de Deus e para se obter a salvação (cf. Tm 4,4). Esse dado é fundamental para se poder falar e se poder trabalhar o Diálogo Religioso entre todas as religiões, já que, sem a acolhida do diferente, não há como construir compreensão mútua, tolerância, fraternidade e busca de caminhos de união em vista do bem da humanidade. As próprias religiões denominadas reveladas – isto é, com base nos escritos da Bíblia ou Sagrada Escritura, ou seja, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo que aceitam e adoram o mesmo é único Deus uno, o Deus de Abraão, Isaac, Jacó, dos Pa-

triarcas e de Jesus Cristo – tratam este mesmo Deus com nomes diferentes e o cultuam de modos distintos. Além disso, cada religião se considera como forma válida de união com Deus e de cooperação com Ele na construção do mundo a partir dos ideais da justiça, da fraternidade e da paz.

Nesta questão é admirável a histórica mudança ocorrida na Igreja Católica, já durante o Concílio Vaticano II, quando estudou, aprovou e publicou documentos específicos quanto à Igreja e às religiões não cristãs (*Nostra Aetate*), e a Liberdade Religiosa (*Dignitatis Humanae*). As tentativas de aproximação e de efetivo diálogo religioso com as religiões foram e ainda são tímidas, com umas poucas manifestações de grande repercussão como os dois Encontros das Religiões em Assis, uma com o Papa João Paulo II, e o outro como o Papa Bento XVI. Neste último, em 2011, que marcou os 25 anos da primeira iniciativa do gênero, sob liderança do Papa João Paulo II, compareceram ao encontro 300 representantes religiosos e acadêmicos, provenientes de 50 países: cristãos de várias denominações, assim como judeus, muçulmanos, hindus, budistas, representantes de religiões africanas e asiáticas e até agnósticos.

Questionamentos

- 1 Por que há, entre muitos discípulos missionários, insegurança, receio e até medo diante do crescente pluralismo religioso do mundo de hoje?
2. O que deveria marcar a presença e ação do discípulo missionário no mundo plural, sobretudo, em termos religiosos?

3. Alguns encaminhamentos

3.1 A SECULARIDADE É ABERTA AO SAGRADO

O Livro da Sabedoria, escrito por volta do ano 50 aC, logo no seu início, numa linguagem utópica e de profunda fé, diz que Deus *criou tudo para a existência, e as criaturas do mundo são sadias: nelas não há veneno de morte, nem o mundo dos mortos reina sobre a terra, porque a justiça é imortal* (Sb 1,14–15).

Para cumprirmos, como discípulos missionários, a missão de evangelizar o mundo secular é essencial uma atitude de despojamento, de encarnação (cf. Fl 2,5-11) e de escuta obediente ao Espírito Santo, para entrar na intimidade deste mundo secular, e aí descobrir “as sementes do Verbo”¹⁵, isto é, espaços e situações, ilações e achegas que possibilitam e revelam que no coração mesmo deste mundo secular há abertura ao sagrado. Com isso, reconhece-se com mais facilidade a distinção sadia e positiva entre o secular e o sagrado, mas que não tem nada a ver com divisão e com oposição entre um e outro.

Ler com olhar crítico e à luz da fé cristã os sinais dos tempos, tão gritantes nas mais diversas situações do universo e do agir humano, nos ajuda neste processo de encarnação–redenção neste mundo secular, isto é, fazer acontecer nele Jesus Cristo. É esta a posição clara assumida pelo Concílio Vaticano II, especialmente na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Aliás, o primeiro parágrafo deste importante documento já sintetiza a nova posição da Igreja em relação ao mundo:

“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história.” (GS,1)

3.2 PLURALISMO E LIBERDADE

O ser humano, além do pluralismo que lhe é natural por fazer parte da diversidade da criação do universo, gera e alimenta outro tipo de pluralismo, que é fruto do uso que faz da sua liberdade. Mas a liberdade de alguém, por

¹⁵ A expressão *semina verbi*, que já aparece por volta do ano 150 d.C. foi muito usada pelos Padres da Igreja para dizer que nas religiões não cristãs há verdades e realidades boas, sãs, santas e que os cristãos devem acolher. Entretanto, a história mostra que teólogos e o próprio magistério da Igreja, por séculos e séculos, nem por isso se interessaram pelas religiões, mas, antes, as combateram com energia.

si mesma, está condicionada à liberdade dos outros, pois qualquer ato humano tem suas consequências, o que acarreta responsabilidade. A liberdade pessoal, portanto, não é total, pois implica responsabilidade pessoal e social. Um falso conceito de liberdade não aceita que ela tenha limites – o que em si é contraditório, já que o ser humano é, por natureza, limitado e vive num contexto que lhe revela as limitações da convivência social e do próprio mundo.

Para gerir sua liberdade, o ser humano, ao longo da história, sentiu a necessidade de uma filosofia de vida, com ética e moral, leis e autoridade, que, por sua vez, exigiu um processo educativo no sentido de compreender e viver a liberdade tanto pessoal como social. Sem isso, as diferentes liberdades estariam em constante conflito, pois não levariam em conta a alteridade, os limites, a responsabilidade por seus atos e a convivência prazerosa entre as pessoas, num ambiente positivo de atenção humana aos outros e de respeito à legítima autoridade.

O aprendizado humano a respeito do uso da liberdade foi e continua sendo difícil e muitas vezes dramático, trágico. A facilidade com que pessoas e grupos caem na intolerância face ao diferente, gerou muitas e muitas vezes a não aceitação do pluralismo político, cultural e religioso. Ainda hoje existem situações de discriminação, perseguição, prisão e morte por questões políticas, culturais e religiosas. É, sem dúvida, uma tarefa necessária e indispensável aprender a conviver com o diferente em termos de opções políticas, culturais, filosóficas e religiosos. O cristianismo tem muito a ensinar e praticar neste sentido, com seu patrimônio histórico herdado de Jesus Cristo, do Mandamento Novo da fraternidade, que dá primazia à vida, à dignidade humana, à liberdade com responsabilidade e à convivência no amor, na solidariedade, na justiça e na paz.

3.3 A NECESSIDADE DE UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO

No ano em que celebraremos, em outubro de 2012, o Sínodo sobre a Nova Evangelização, é importante recordar que em 1975, na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (EN), fruto do Sínodo de 1974, sobre Evangelização, o Papa Paulo VI denunciava a falta de evangelização explícita das pessoas e da cultura, e a conseqüente separação *fé e cultura* e *fé e vida* como graves

problemas da Igreja Católica.

A evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca entre Evangelho e vida concreta, pessoal e social dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação (EN 29).

A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada (EN 20).

Diante da realidade do mundo em mudança é preciso, sem dúvida, rever em profundidade o significado de missão e de evangelização e, conseqüentemente, de discípulo missionário. E Paulo VI dá orientações que são essenciais para a missão:

Para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação (EN 19).

A Boa-Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados (EN 22).

O Documento de Aparecida colocou como essencial para ser discípulo missionário o encontro pessoal com Jesus Cristo vivo e o processo de conversão. O cristão segue acima de tudo uma pessoa, já que a fé cristã não é resultado de uma decisão ética, mas do encontro com um acontecimento, com uma pessoa, Jesus Cristo. Aparecida retoma e coloca no seu devido lugar a missão. Não há como ser discípulo sem ser missionário e não há como ser Igreja sem que ela seja missionária. Esse princípio da missionariedade está enraizado na própria Santíssima Trindade. Jesus foi claro ao dizer que, assim como o Pai o havia enviado para salvar o mundo, ele estava enviando seus discípulos para esta mesma missão (cf. Jo 20,21). Cabe-nos repensar a nossa missão diante dos desafios e oportunidades que o mundo de hoje nos apresenta. O discípulo missionário que zela pela missão de seu entorno mais próximo sabe que, pela força da Palavra, dos Sacramentos e de sua participação da vida da Igreja, é, em si, missionário sem fronteiras (cf. *DAP* 376), pois é cidadão do mundo, “cidadão do infinito”, como expressa tão bem uma canção do Padre Zezinho scj. E missionariedade implica adesão incondicional a Jesus e a seu projeto salvífico, entrega e despojamento, prontidão e generosidade, obediência à vontade do Pai, a exemplo de Jesus.

3.4 O DEUS UNITRINO E A DIVERSIDADE RELIGIOSA

Ao longo de toda a Sagrada Escritura, nós cristãos descobrimos a infinita e multiforme sabedoria de Deus Pai e Filho e Espírito Santo, em si mesmo, múltiplo e uno, portanto, comunidade de três pessoas distintas, na unidade de uma só natureza, a divina; um Deus que é a mais perfeita comunidade no amor circulante, mas que, ao mesmo tempo, se difunde e se irradia numa multiplicidade quase infinita de criaturas que embelezam o universo.

A criatura preferida de Deus, o ser humano, carrega dentro de si uma “centelha” do divino, pela infusão nela da “Ruach” de Deus, isto é, “o sopro, o hálito” do próprio Deus unitrino, que faz desta criatura imagem e semelhança do próprio Deus. Por meio desta força interior da sua Ruach, o ser humano, desde seus primeiros momentos na face da terra, busca incansavelmente encontrar-se e unir-se com Deus. A saudade de Deus, de quem veio a Ruach e, ao mesmo tempo, o desejo incontido de encontrá-lo e a Ele unir-se, faz do ser humano um eterno buscador de Deus, portanto, articulador de caminhos

para encontrar Deus, dando, assim, origem às mais diferentes expressões religiosas ao longo da história humana. A fé cristã nos diz que o Deus bíblico – criador, providente, redentor e santificador – atua na história por meio de mediações distintas e diversificadas, inclusive no que se refere à religião (*re-ligare* = ligar novamente com Deus; *re-legere* = reler a vida, a história, o mundo a partir do Deus revelado).

O privilégio do cristianismo de ser, conviver e atuar a partir da experiência do próprio Filho de Deus, encarnado na história humana e que veio para salvar a todo ser humano e a todos os seres humanos, lhe concede exatamente as necessárias condições para acolher, como dom de Deus, a diversidade de religiões. E lhe concede também o poder de estabelecer com todas elas, respeitando-as no estágio em que estão, caminhos de diálogo, cooperação e união, em vista da glória de Deus que, segundo Santo Irineu de Lião, é o ser humano vivo e feliz e cuja glória é ver Deus, ser de Deus, conviver com Deus, a serviço dele para no mundo estabelecer seu Reino.

3.5 A LUTA PELA VIDA, PELA DIGNIDADE HUMANA E A OPÇÃO PELOS POBRES

Numa civilização em mudança, dominada pela violência contra as pessoas e contra o planeta terra, pelo esvaziamento da ética e da moral, pela falta de respeito à vida, em todas as suas formas, pelo desrespeito à dignidade humana e pela escravização de milhões de pessoas, de um lado ao consumismo e de outro lado à fome e à miséria, medidas fundamentais de salvação são urgentes. Primeiramente a luta pela vida, e vida de qualidade. É preciso que aconteça a união do maior número de pessoas, grupos e instituições na grande tarefa mundial de salvar o “restinho de humanidade” que ainda existe no coração do ser humano, em todas as partes do mundo. Esta união pelo *humanum* forçosamente se dedicará incansavelmente a favor da dignidade humana e a favor da libertação e promoção dos pobres, famintos, sedentos, enfermos, nômades, excluídos sociais e escravizados pelas drogas e pela ideologia do terrorismo.

O assim chamado “Evangelho dos Cristãos Anônimos”, o capítulo 25,31–46, do Evangelho de Jesus Cristo segundo Mateus, é sem dúvida a plataforma para a solidariedade entre todas as culturas, filosofias, religiões, políticas e pessoas de boa vontade: “Venham, abençoados de meu Pai. Recebam como

herança o Reino que meu Pai lhes preparou desde a criação do mundo. Pois eu estava com fome e vocês me deram de comer; eu estava com sede e vocês me deram de beber; eu era um estrangeiro e vocês me receberam em sua casa; eu estava sem roupa e vocês me vestiram; eu estava doente e vocês cuidaram de mim; eu estava na prisão e vocês foram me visitar. Todas as vezes que vocês fizeram isto a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram”.

Para o discípulo missionário, a luta pela vida, pela dignidade humana, pela libertação de qualquer forma de pobreza, miséria, escravização e injustiça é parte do seguimento de Jesus Cristo. Não há possibilidade de ser cristão sem a evangélica opção pelos pobres e sem o compromisso pela evangélica transformação da sociedade. E, para isso, conseqüentemente ele se coloca, pela fé, em atitude de diálogo e de cooperação para somar forças com todas as pessoas, acima de religiões, ideologias, políticas, para a grande missão de humanizar as pessoas, as relações pessoais e interpessoais, as relações entre os povos, culturas, religiões, filosofias. E o discípulo missionário, exatamente porque crê que “um outro mundo é possível”, é profeta de esperança, semeador de sonhos e utopias, que vão se concretizando em pequenas e grandes doses, de um mundo justo, solidário, fraterno e de paz.

Reflexão:

1. O que você destaca como importante no texto?
2. Em sua vida você já viveu situações semelhantes? Quais?
3. O que você sugere para melhorar a consciência missionária em nossas comunidades?

Discipulado missionário do Brasil para o mundo à luz do Vaticano II e do magistério latino-americano

Paulo Suess*

A estrutura desta colocação está no tema indicado: (1) discipulado missionário a partir da identidade de Jesus, (2) imperativos e contextualização desse discipulado à luz do Concílio Vaticano II e do magistério latino-americano e, por fim, (3) relevância desse discipulado missionário para o mundo através de uma “conversão pastoral” permanente.

1. Discipulado, missionariedade, seguimento

Discípulos (as) são aprendizes do Mestre (Rabbi) e seguidores de seu caminho. O discipulado aponta para dois aprendizados diferentes: um, através de uma relação de proximidade, empatia e mística com Jesus; outro, através do seguimento como caminhar histórico e experiência vivencial no mundo sem ser do mundo: “O discípulo bem formado será como o mestre” (Lc 6,40), enviado no Espírito Santo por Jesus, como Jesus foi enviado pelo Pai (cf. Jo 20,21): “Todos serão discípulos de Deus” (Jo 6,45). O discipulado nos coloca num processo de formação permanente no qual procuramos saber quem é o Mestre e quem somos nós. É a pergunta sobre nossa identidade. Trata-se de uma identidade dinâmica que emerge do envio histórico e da missão salvífica e libertadora do Mestre. A abrangência do tema exige certa concentração em alguns pontos essenciais.

1.1. Quem é o Mestre?

O Evangelho de S. João coloca na palavra de Jesus sete expressões cristológico-soteriológicas de autoidentificação. Elas lembram a revelação de Javé a Moisés no Horeb. No início da libertação de Israel, um Deus sem templo e sem pompa revela na sarça ardente a sua identidade: “Eu sou aquele que sou” (Ex 3,14). Semelhante autoidentificação de Deus encontra-se no Dêutero-Isaías (Is 40-55) que, no início da libertação do cativo babilônico, fala da

* Pe. Paulo Suess, doutor em Teologia, trabalhou na Amazônia, assessor teológico do CIMI e do Comina, foi presidente da Associação Internacional de Missiologia (IAMS) e professor de pós-graduação em Missiologia.

esperança de um “novo Êxodo”: “Eu, que sou o Deus de Israel, não vou me descuidar deles” (Is 41,17). Nas expressões de autorrevelação, que são imagens que descrevem a vida a partir de certa penúria histórica (escravidão, deserto, exílio), Jesus revela que, na simplicidade desta proposta de vida, “ser”, “ter” e “doar” coincidem. O divino Mestre não é aquilo que Ele tem ou representa. Ele é aquilo que Ele dá na unidade com o Pai. Ele é dom de Deus (Jo 3,16; 6,32). Na cruz fala o Deus despojado da sarça ardente. Em seu dom oferecido pela vida do mundo Jesus Messias revela o Pai e a missão que ele do Pai recebeu: “Eu sou o pão da vida” (6,35.32.48), “a luz do mundo” (8,12), “a porta” (10,7.9), “o bom pastor” (10,11.14), “a ressurreição e a vida” (11,25), “o caminho, a verdade e a vida” (14,6), “a videira” (15,1.5).

1.1.1. “Eu sou o pão da vida” (Jo 6,35).

Na saída da escravidão, na passagem para a Terra Prometida, os israelitas sofreram períodos de fome e receberam de Deus “pão do céu”. O novo maná, o pão eucarístico, é simbolizado pelo pão que se ganha pelo trabalho e que se reparte pela doação da vida. A multiplicação e partilha do pão nos colocam num contexto pascal (6,1-13) e eucarístico. Jesus é aquele que se deu num movimento de descida e entrega, de encarnação e oblação, é “pão vivo que desceu do céu [...], entregue pela vida do mundo” (6,51). O caminho da missão é descida do céu e subida para Jerusalém. Nesses dois movimentos se realiza o dom de si mesmo. “Deus revela a sua face precisamente na figura do Servo sofredor que partilha a condição do homem abandonado por Deus, tomando-a sobre si” (*Spe salvi*, 43; *cf. Is 53*).

O mistério da comunhão trinitária, que é a origem da missão na Igreja, “tem seu ponto alto na Eucaristia, que é o princípio e projeto da missão do cristão” (DAp 153). Aparecida estabelece uma ligação entre o pão de cada dia e o pão eucarístico, exortando que os pobres, que vivem privados do pão que sacia a fome, não sejam também privados da “Eucaristia, pão de vida eterna, alimento substancial dos discípulos e missionários” (DAp 25). Não existe algo mais material que o pão, produto do trabalho humano, e mais materialmente insignificante que a hóstia sagrada. O “isto-é-o-meu-corpo” da Missa lembra o Corpo de Cristo, prostrado nas ruas das nossas cidades. Aparecida lembrou a palavra de João Crisóstomo: “Querem em verdade honrar o corpo de Cristo? Não consintam que esteja nu. Não o honrem no templo

com mantos de seda enquanto fora o deixam passar frio e nudez" (*DAp* 354). Só depois de saciar o povo com pão e peixe, Jesus fala do pão que desceu do céu e revela, que ele é o pão da vida (Jo 6,1-13.45).

1.1.2. "Eu sou a luz do mundo" (Jo 8,12)

Por ser "a luz verdadeira, que vindo ao mundo a todos ilumina" (Jo 1,9), Jesus anuncia a sua missão universal como iluminação e esclarecimento. Jesus é o Messias que Javé chamou para o serviço da justiça: "Eu te encarreguei de seres a aliança do meu povo e a luz das nações, para abrires os olhos aos cegos" (Is 42,6s), "a fim de que minha salvação chegue até os confins da terra [...] e para dizeres aos presos em cárcere escuro: 'Vinde para a luz!' " (Is 49,6.9). A missão de Jesus é anunciar e iniciar o novo Êxodo da humanidade. A cura do cego de nascença (Jo 9,1ss) simboliza a cegueira pré-batizmal das pessoas. Ela significa dependência de outrem e desconhecimento da realidade em sua profundidade material e espiritual. A luz de Cristo ilumina o caminho daquele que o segue pelo mundo afora. Os Padres da Igreja entendiam o seguimento de Jesus – Aparecida fala do "discipulado missionário" – como exigência do batismo que constitui a "natureza missionária" (*AG* 2, 6, 35; *DAp* 213) e clareia os rumos da missão. O ver precede o julgar e o agir.

Na Igreja primitiva, os batizados foram chamados "os iluminados" e o batismo, festa da iluminação. No rito batizmal, os neófitos recebem uma vela, acesa no Círio Pascal, símbolo da inserção no mistério da morte e ressurreição de Cristo. A imagem da luz aponta para a missão cristã: ser luz do mundo. Na Conclusão do Decreto *Ad gentes*, os padres conciliares e o papa saúdam os missionários e fazem votos que "a claridade de Deus, que resplandece na face de Cristo Jesus, pelo Espírito Santo a todos ilumine" (*AG* 42.2).

1.1.3. "Eu sou a porta" (Jo 10,7.9)

A porta, no contexto da missão de Jesus, significa acesso à vida, por conseguinte, abertura, vigilância, discernimento e limite. Não é muro nem cortina. Jesus não foi pedreiro, para fazer muros fechados; foi carpinteiro que sabia que portas podem ser abertas e fechadas, para dentro e para fora. Articula introversão com extroversão. Para dentro a porta, que é Jesus, abre para se conhecer a si mesmo. Para fora, ela nos dá acesso ao mundo para

ver e conhecer os outros e a realidade do mundo. Conhecer, na linguagem bíblica, significa amar e encontrar a Deus, que precede todos os caminhos da missão.

A imagem da porta lembra novamente o Êxodo e a Páscoa: a liberdade de ir e vir para experimentar a vida e a legitimidade do acesso de Jesus às pessoas e pelas pessoas, que o buscam com coração sincero, talvez sem conhecê-lo, a Ele (cf. *LG 16*). Como novo Moisés, o Mestre propõe saídas e mostra novos territórios e areópagos que aguardam responsabilidade e solidariedade. Ele não é porteiro, mas porta experimentada na passagem. Seus sinais – sejam curas ou convites para um novo relacionamento como ação salvífica-libertadora – são todos sinais de abertura atravessados pelo éfeta (abre-te). O convite salvífico da libertação dirige-se a todos, mas a graça do convite da porta aberta, que é Jesus, não substitui o esforço da própria passagem. A graça, tampouco, é um mecanismo que iguala as injustiças de “ladrões e assaltantes” (10,8) aos méritos de confessores e mártires. “No fim, no banquete eterno, não se sentarão à mesa indistintamente os malvados junto com as vítimas, como se nada tivesse acontecido” (*Spe salvi, 44*). Na porta, imagem do Messias-Jesus, coincidem e coexistem, numa dialética densa, misericórdia e justiça, graça e vigilância, limites de abertura e fechamento, intimidade mística e extroversão social. A porta não dá passagem para um caminho linear. Na coincidência de opostos, entre sair e entrar, permite encontrar “vida em abundância” (10,10).

1.1.4. “Eu sou o bom pastor” (Jo 10,11.14)

A comunidade do quarto Evangelho compreendeu a imagem do “bom pastor” a partir de profecias do Antigo Testamento (cf. Ez 34; Sl 23). O Segundo Zacarias (Zc), por exemplo, fala do pastor abatido (Zc 13,7) e do luto por aquele que foi “traspassado” (Zc 12,10). Para encontrar em nossa cultura urbana de hoje o *Sitz im Leben* da imagem do “bom pastor” temos, muitas vezes, de abandonar o imaginário das pastagens verdes e ir ao matadouro. A imagem de Jesus Messias como bom pastor não se associa ao mercado ou ao abate. É Ele que se deixa abater pela vida das ovelhas: “O bom pastor dá a vida por suas ovelhas” (10,11). Ele as conhece e as ama. O conhecimento, que na linguagem da bíblia é uma forma de amor, é recíproco: “Eu sou o bom

pastor. Conheço as minhas ovelhas e elas me conhecem” (10,14). Só a quem ama as ovelhas e as conhece, Jesus diz: “Cuida das minhas ovelhas” (Jo 21,17). O bom pastor não é um profissional que trabalha pelo salário como um capataz de fazenda. Ele arrisca a sua vida pelos seus amigos (cf. 15,13). Jesus não quer lã nem carne das ovelhas, mas dá a sua carne – seu corpo para que elas tenham vida. E Ele deseja essa vida para todos, para que haja “um só rebanho e um só pastor” (10,16). Com a imagem do “bom pastor”, o evangelista explica a morte de Jesus na radicalidade da *kénose*, no desprendimento da própria vida, iniciado pela encarnação (pró-existência) e pleno na ressurreição. Por encargo do Pai, Jesus é enviado como bom pastor que tem o poder de dar e receber a vida (cf. 10,18). O discurso sobre o bom pastor, enraizado no discurso trinitário do envio, está articulado com o discurso sobre o pão da vida. “Pão” e “pastor” existem para a vida do mundo. Os discursos sobre a vida têm como pano de fundo a cruz e a ressurreição, cuja representação simbólica e real se realiza na Eucaristia. Jesus, que dá livremente a sua vida (10,17s) como bom pastor, também “transforma o ato de violência exterior da crucificação num ato de oblação em liberdade, que Ele faz de si mesmo em favor dos outros. Jesus não dá algo, mas dá-se a si mesmo. Ele dá a vida”.¹

O discipulado missionário realiza sua missão num dar e receber. Quem não sabe dar fica sufocado, não pela carência de recursos, mas pelo excesso de seus dons e bens não partilhados. Quem só sabe dar, mas não receber, transforma a sua vida numa casa queimada (burn out!), da qual sobram apenas algumas fachadas.

1.1.5. “Eu sou a ressurreição e a vida” (Jo 11,25)

No contexto da ressurreição de Lázaro, que é o sétimo sinal do Messias no quarto Evangelho, Jesus se declara “ressurreição” e “vida”.² É o sinal da transformação da morte em vida para os que acreditam na Palavra que se fez

¹ RATZINGER, Joseph/BENTO XVI. *Jesus de Nazaré I*. São Paulo, Planeta, 2007, p. 241s.

² Os outros seis sinais são: transformação da água em vinho (Jo 2), cura do filho do funcionário real (Jo 4,46-54), cura de um paralítico (Jo 5,1-18), multiplicação dos pães (Jo 6,1-15), Jesus caminha sobre as águas (Jo 6,16-21), cura de um cego (Jo 9,1-7).

carne. Novamente, o Mestre diz de si o que Ele dá e resume a sua missão na palavra “vida”; vida como expressão e fruto da fé e transformação profunda que permeia o Evangelho de João desde a transformação da água em vinho, nas bodas de Caná (Jo 2). A “voz forte” com que Jesus chama Lázaro para fora do sepulcro ecoa com a voz com que o Enviado do Pai chama a todos os que nEle acreditam à vida. Ressurreição não é uma promessa para depois da morte física. A ressurreição é novo modo de existir no mundo. Estamos no centro do kerigma missionário: com a ressurreição de Jesus, “o último inimigo”, a morte, foi destruído. “Para que Deus seja tudo em todos” (1Co 15,26,28), a vida histórica foi requalificada na coincidência de fé, amor e esperança em cada instante. A ressurreição nos permite viver a densidade do momento presente na celebração eucarística que, na memória, abraça o passado, e, no mistério sacramental, representa o futuro. Mas a ressurreição é também ruptura, por instantes significativos, do espaço e do tempo históricos pelo definitivo que atravessa esses espaços como relâmpago e brisa suave. Com outras palavras: é presença e passagem de Deus, percebida como graça – em momentos biográficos e históricos do discípulo que compreende sua vida como missão.

1.1.6. “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6)

A verdade e vida são caminhos, não doutrinas ou metas. São históricas na sua potencialidade de serem historicamente acolhidas. A verdade está no caminhar com Jesus. A verdade, do mesmo modo que o próprio Deus, não está no céu como lugar de chegada. Para Deus não existe lugar nem tempo. O céu como espaço imaginário da presença divina está em nós. O que importa é andar com e estar em Jesus, que é Verdade e Vida. A linearidade da chegada se dissolve na ciranda trinitária do caminho (Jesus), da verdade (Pai) e da vida (Espírito). Aquele que foi enviado e ressuscitado pelo Pai sopra sobre os discípulos e os envia, no Espírito Santo, ao mundo (cf. Jo 17,18; 20,19). Com Jesus, não caminhamos na direção da verdade, mas na verdade. Com Ele, tampouco, caminhamos na direção da vida, mas na vida. Ele é o itinerário da salvação já realizada. O discípulo missionário assume esta salvação nEle já realizada desde o batismo no decorrer de sua vida. O caminho não é a distância entre dois pontos geográficos. O caminho não conduz a algo exterior

aos discípulos, mas é um processo de tomada de consciência de sua situação existencial: salvo em Cristo, sua vida se torna anúncio e partilha de sua vida cheia de graça e, ao mesmo tempo, está atravessada por alienação, corrupção ideológica, pecado estrutural e pessoal. Nessa compreensão, o caminho tem uma dimensão temporal, não geográfica. Jesus não é o caminho que afasta, mas que eterniza pela suspensão do tempo. Os poucos momentos da nossa vida que nos permitem perceber o fim ou a parada do tempo são momentos de profunda transformação e antecipação da verdadeira dimensão do Caminho-Jesus: presença, alegria profunda, transparência, gratidão e gratuidade, despojamento, simpatia social e luz cósmica.

Ao caminhar no Espírito, o povo de Deus se liberta da ditadura dos fins preestabelecidos. Essa identidade de Jesus com o caminho era algo tão marcante para os primeiros cristãos, que eles se autodenominavam “os do Caminho” (At 9,2). E São Paulo, ao lembrar-se como, antes de sua conversão, perseguia os cristãos, podia dizer: “Persegui até a morte este Caminho” (At 22,4). O específico do cristianismo é o caminho e não a meta. A meta se revela em cada passo do caminho. E se essa meta não estiver em cada passo, tampouco estará na reta final. A plenitude do tempo é uma meta construída por muitos passos, um sentido forjado nas estações da luta e do sofrimento, da festa e da esperança. No caminho se realiza, historicamente, a opção pelos pobres. O caminhar é sempre um caminhar despojado na simplicidade e na pobreza.

O ser caminho de Jesus tem também uma dimensão eclesiológica. A Igreja peregrina é uma Igreja pobre, sem “distúrbios circulatórios” causados pela vida sedentária. Uma Igreja instalada facilmente cai nas malhas de estruturas pesadas e doutrinas complicadas que aprisionam o Espírito. Uma Igreja em caminho é uma Igreja simples e transparente. Quem vai longe, e confia no Senhor da história, de poucas coisas necessita. As mãos estendidas ao outro são mãos livres. Redimido é somente aquilo que foi assumido (*Puebla 400*). Assumir, porém, significa aproximar, despojar, encontrar e caminhar junto.

1.1.7. “Eu sou a videira” (Jo 15,15)

O discurso da videira reflete a situação do discipulado depois da partida

do Mestre. Pressuposto do discipulado é a permanência em Jesus. Ele não é só Caminho. É também videira implantada na terra. O discípulo é como o ramo que brota da videira. Sua condição de vida é ser ramo e galho na árvore da vida que é Jesus. A imagem da videira é radical e extrema, é concreta e mística. O discipulado é uma ramificação divina. Na videira enraizada está novamente presente o mistério da encarnação do Prólogo do quarto Evangelho: “A Palavra se fez carne” (Jo 1,14), o mistério trinitário do amor e envio pelo Pai (Jo 15,9), o mistério da oblação do amor maior daquele “que dá a vida por seus amigos” (15,13) e o mistério da união: o verdadeiro pastor, que é porta, caminho e eucaristia (cf. 6,56), aponta para o futuro escatológico pelo qual promete que haverá “um só rebanho” (Jo 10,16). A expressão “videira verdadeira” inclui a possibilidade de haver videiras enganadoras, caminhos falsos, portas erradas, pão que não sacia. A diversidade das ovelhas não pode ser confundida com a diferença existente entre ovelhas e lobos, entre videira e espinheiro, entre luz e trevas. A diversidade das denominações religiosas nas periferias das nossas cidades não pode ser confundida com a diversidade dos cartéis de droga que, através de obras beneficentes, se fazem lobos revestidos com peles de cordeiro.

A videira é a imagem da permanência do discípulo em Jesus. Permanecer em Jesus significa permanecer em Deus, que é amor, e dar muitos frutos. A vida que circula através da unidade firmada entre vinha (Deus), videira (Jesus) e ramo (discípulo) pode ter sentido e ser fecunda. A imanência teológica produz “emanência” ou, como diríamos hoje, ao mesmo tempo “êxtase” festivo (pelo vinho!) e relevância social. A identidade do discípulo não está garantida pela Lei, mas pelo “amor maior” (15,12), vivido através da permanência em Jesus. Ela possibilita a firmeza do discipulado na missão e os frutos no mundo, apesar da hostilidade desse mundo, descrita no mesmo capítulo (15,18-27). No amor há reciprocidade, na hostilidade não. Jesus ensina a dar a vida pelo mundo inimigo. Não só os discípulos são Seus amigos. Também o mundo inimigo é, sem saber, um mundo amado por Deus. A imagem da videira não propõe a purificação do mundo, porém, a permanente purificação da própria videira, dos ramos sem frutos, sem uvas, sem vinho, sem doação. É a dimensão eclesiológica da videira que pode ter ramos secos, infrutíferos e sufocantes. Doutrinas, tradições e discípulos podem tornar-se galhos grandes, porém

secos e sem verdadeira pertença à videira: “A própria grandeza do homem bem como das instituições deve ser extirpada; o que se tornou demasiado grande deve de novo ser reconduzido à simplicidade e à pobreza do Senhor. Somente através de semelhantes processos de morte é que a fecundidade permanece e se renova”.³ Permanecer na “videira verdadeira” significa perseverar no discipulado missionário do Messias Jesus.

O Evangelho de Marcos, representando os Sinóticos, sintetiza a identidade teológica do quarto Evangelho com poucas palavras: “Depois que João foi preso, Jesus veio para a Galileia, proclamando a Boa-Nova de Deus: Completou-se o tempo, e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede na Boa-Nova” (Mc 1,14s). Começa algo novo, sem demonstração de poder, mas através de sinais: expulsão dos demônios, sinais de reconciliação, de cura, de libertação e ressurreição. O pobre Messias do quarto Evangelho, que nunca fala daquilo que ele tem, mas o que ele é, revela-se em Lucas e Mateus, por exemplo, como amigo dos pobres e dos doentes, dos pecadores e dos impuros, dos perdidos e dos marginalizados.

1.2. Qual é a identidade dos (as) discípulos (as)?

O que caracteriza o discípulo é a permanente busca de conformidade com a missão do Mestre. Prioridade absoluta dessa missão é gerar vida, não com meios sofisticados, mas através do despojamento da própria vida. O discipulado dos seguidores de Jesus vai além de aprendizes da Torá ou do catecismo. O Messias Jesus exige mais de seus discípulos: “Se alguém vem a mim, mas não me prefere a seu pai e sua mãe, sua mulher e seus filhos, seus irmãos e suas irmãs, e até a sua própria vida, não pode ser meu discípulo” (Lc 14,26). Os que o Mestre chamou para serem pescadores de homens, “imediatamente, deixaram as redes e o seguiram” (Mc 1,18).

Aos que pediram sentar-se na glória à sua direita, Jesus respondeu: “Podeis beber o cálice que eu vou beber” (Mc 10,38)? O discípulo obedece ao chamado de Jesus imediatamente, sem ponderar condições ou exigir prazos para concluir obras piedosas: “Deixa que os mortos enterrem os seus mortos; mas tu vai e anuncia o Reino de Deus. [...] Quem põe a mão no arado e olha para trás não está apto para o Reino de Deus” (Lc 9,60.62). Discipulado na

³ RATZINGER, Joseph/BENTO XVI. *Jesus de Nazaré I*, l.c. p. 226.

comunidade vivencial com o Mestre significa seguimento de Jesus, despojamento e kénose: “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me” (Mc 8,34)! O discípulo se torna testemunha de vida e doador da vida “na grande tribulação” (Ap 7,14).

No decorrer do tempo, o discipulado não apontou mais para um grupo especial, ao lado do povo. O ser cristão de todos os batizados foi considerado discipulado: “E quem der, ainda que seja apenas um copo de água fresca, a um desses pequenos, por ser meu discípulo, em verdade vos digo: não ficará sem receber sua recompensa” (Mt 10,42). E mais explícito ainda nos Atos: “Em Antioquia, os discípulos foram, pela primeira vez, chamados com o nome de ‘cristãos’ ” (At 11,26).

A partir de Aparecida (2007) e seu tema “Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida”, o discipulado foi lembrado como qualificação de “nossos povos” e recebeu com grande ênfase a conotação da missionariedade com seu substrato trinitário. Missão é envio pelo Espírito Santo por Jesus Cristo, como Ele foi enviado pelo Pai. Essa missionariedade é configurada pelo seguimento histórico, pela gratuidade radical e pela prontidão permanente dos (as) discípulos (as) para anunciar o Reino de Deus.

A comunidade dos discípulos missionários é o sujeito geral e transversal da missão. A comunidade missionária, discípula de Jesus Messias, é enviada como comunidade eclesial para “dar testemunho do amor” (DAp 386), anunciar a chegada do Reino (382) e assumir “as tarefas prioritárias” para o bem comum e a dignificação do ser humano (384; cf. 178ss). O discípulo missionário contempla, “nos rostos sofredores de seus irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo neles” (393). “Discipulado e missão são como as duas faces da mesma moeda” (146). O discipulado missionário é, segundo Aparecida, a existência “normal” e “ordinária” do batizado em todos os estratos, ambientes e atividades sociais (DAp 95, 121, 125, 227, 232, 415, 432ss).

Como transformar o ser missionário dos membros eclesiais em ação de discípulos missionários (DAp 1)? Precisamos repensar a “missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais” (11) e revitalizar nosso modo de ser católico” (13). Globalização e pós-modernidade apontam para a missão sem fronteiras e a pluralidade cultural dos ambientes. Somos “discípulos missionários sem fronteiras” (376) que recebem a sua formação na comunidade

dos fiéis (Igreja) e na realidade, que olhamos com sentido crítico e com gratidão. Essa missão é cheia de contradições. Por um lado, o discípulo missionário vai inculturar-se no ambiente onde vive a sua fé e, por outro lado, ele vive a sua fé sempre contraculturalmente, na contramão da cultura hegemônica. O discernimento dos “sinais dos tempos” (33) e a opção pelos pobres exigem transparência e permanente “conversão pastoral” (368).

2. Vaticano II: impulsos e resistências

Vivemos o discipulado missionário na Igreja Católica, universalmente articulados e, localmente, enraizado. O Vaticano II é um referencial para todas as Igrejas locais.

Para muitos católicos, o Vaticano II representa o porto seguro e último refúgio diante de uma onda de fundamentalismos e tradicionalismos no interior da própria Igreja. Esta retirada ao Vaticano II, como uma trincheira, supostamente segura, é perigosa, porque o próprio Vaticano II precisa ser apropriado histórica e hermeneuticamente. Existem leituras diferentes. Os textos do Vaticano II são atravessados por, no mínimo, duas missiologias como expressão de duas eclesiologias. Uma missiologia enfatiza a necessidade exclusiva da obra salvífica de Jesus. A outra propõe o mistério da salvação como oferta do mistério de libertação inclusiva. Uma eclesiologia promete salvação pela fé e o batismo e condenação pela falta de fé (Mc 16,15s). A outra abre a possibilidade de salvação a partir da sinceridade e da consciência livre e das boas obras. Além disso, temos que contar com um terceiro grupo que tem seus referenciais no tempo pré-conciliar e nega a validade e relevância do próprio Vaticano II para a vida da Igreja.

A Igreja pré-conciliar era uma Igreja substancialmente eurocêntrica. O Concílio permitiu expor os problemas dos cinco continentes e assumir mudanças articuladas nos movimentos bíblicos, litúrgicos, catequéticos e pastorais. O movimento dos padres operários e a espiritualidade de um Charles de Foucauld enfocaram, muitos anos antes do Concílio, a inserção da Igreja nos diferentes ambientes sociais. As Igrejas da periferia começaram a reivindicar certa descolonização eclesial através de maior consideração de suas particularidades históricas, culturais e teológicas. O próprio magistério apon-

to, ainda durante o Vaticano II, para a descolonização da classe operária, das mulheres, de minorias e países colonizados (cf. *Pacem in terris*, 1963).⁴

No campo social, a América Latina era, como ainda hoje é, um continente cheio de tensões e contradições. Três anos depois do Concílio, surgiu a Teologia da Libertação como proposta de uma teologia pós-colonial, local e universal. Desafiou a monocultura católica e os regimes militares. Algumas de suas raízes se encontram já no “Pacto das Catacumbas”, firmado por participantes do Concílio.⁵

A opção pelos pobres e a estruturação das Comunidades Eclesiais de Base são expressão de uma maior participação dos leigos na vida da Igreja, constituindo um fenômeno de vitalização comunitária. Em Medellín, 1968, os bispos se posicionaram ao lado dos mais deserdados e de suas lutas, pronunciando-se a favor de uma igreja solidária. A América Latina presenteou a Igreja universal com muitos mártires. Aparecida marca continuidade com Medellín, Puebla e Santo Domingo e representa uma síntese: leitura da realidade através dos sinais dos tempos; opção preferencial pelos pobres, compromisso com a promoção humana e defesa da dignidade da pessoa. Além disso, Aparecida acrescenta, no marco atual da globalização, a consciência de que esses e outros problemas (ecologia, povos indígenas, migrantes, urbanização) não se reduzem apenas ao continente latino-americano e caribenho, mas afetam todos os países do mundo e a totalidade da humanidade.

2.1. Vaivém da recepção do Vaticano II

Poucas semanas antes do encontro das religiões mundiais em Assis, convocado pelo Papa Bento XVI para o dia 27 de outubro 2011, a “Fraternidade Pio X” mandou celebrar mil missas em reparação do escândalo de Assis.⁶ A Fraternidade considerou o encontro como um evento escandaloso por não

⁴ A República do Congo alcançou a sua independência em 1960; Moçambique e Angola, em 1975. Com a conquista da independência, os próprios países independentes forneceram os membros para compor a estrutura hierárquica da Igreja.

⁵ No dia 16.11.1965, cerca de quarenta padres conciliares celebraram nas catacumbas de Domitila uma Eucaristia pedindo fidelidade ao Espírito de Jesus. Após essa celebração, alguns deles firmaram o “Pacto das Catacumbas”. Ver in: KLOPPENBURG, Boaventura (org.). *Concílio Vaticano II*. Vol. V, Quarta Sessão. Petrópolis: Vozes, 1966, 526-528.

⁶ Cf. postagem do 4.10.2011: <http://spessantotomas.blogspot.com/2011/10/mil-missas-em-reparacao-do-escandalo-de.html>

ter o objetivo da conversão das religiões não católicas, mas orações e aproximações que não visam a mudanças substanciais de outras religiões. Por ocasião do “Dia Mundial das Missões” e do nascimento do habitante que completou o número mágico dos 7 bilhões de habitantes do nosso planeta, no dia 31 de outubro, se escutaram lamentos da Congregação responsável pela Evangelização dos povos sobre os 5 bilhões de pessoas que ainda não conhecem Jesus Cristo. Estes justificariam uma intensificação missionária de uma Igreja que mal consegue segurar os que já conhecem Jesus.

O que aconteceu em Assis? Com vários líderes religiosos, Bento XVI foi até Assis para recordar a Jornada Mundial de Oração pela Paz, celebrada por João Paulo II no dia 27 de outubro de 1986. De fato, aquela jornada foi um evento histórico durante a Guerra Fria, quando expoentes do Patriarcado de Moscou, muçulmanos, o rabino Toaff e muitos outros se reuniram para rezar: “não mais uns contra os outros” – disse o Papa Wojtyla – “mas uns ao lado dos outros”. O Papa Wojtyla não apreciava que a luta pela paz estivesse, principalmente, nas mãos do Leste e das esquerdas. Ele estava convencido de que o fundamento religioso da paz devia ser buscado nas religiões. No entanto, a cultura pública do Ocidente as considerava como fenômenos residuais do âmbito privado. João Paulo II, em 1986, retomou o diálogo inter-religioso, iniciado depois do Concílio. Na época, já se escutaram as vozes roucas dos lefebrianos, para os quais Assis era uma liquidação da verdade católica.

Agora, Bento XVI voltou a Assis, convencido da atualidade do diálogo em um mundo globalizado, em que a convivência cotidiana é atravessada pelas tensões do pluralismo religioso e étnico. A “política” de Bento se move entre duas posições: as paixões fundamentalistas e o relativismo cosmopolita. O fundamentalismo oferece o calor de uma paixão total. O relativismo é impregnado pela frieza racional da modernidade. Se tantos líderes religiosos vão a Assis com o papa, isso significa, porém, que esse ideal fez o seu caminho nos corações e nas culturas. Com Assis 2011, o espírito de paz entre as religiões continua o seu caminho, enquanto há antigas e novas formas de violência com as quais é preciso lidar.

2.2. Anotações breves sobre heranças do Vaticano II

Não voltamos ao Vaticano II como ponto final, mas como ponto de par-

tida para uma caminhada histórica. Quais são os ensinamentos essenciais que procuram captar o espírito do Concílio a partir dos seus 16 documentos e que permeiam os documentos do magistério latino-americanos a era pós-conciliar?

2.2.1. **Natureza missionária**

A “natureza missionária” da Igreja (AG 2, 6, 35; DAp 347), que se fundamenta no batismo de todos os cristãos, é sua razão de ser. Ela atravessa todas as instâncias e atividades eclesiais e as coloca em “estado de missão” (DAp 213; cf. DicAp n. 31⁷).

2.2.2. **Centralidade da Palavra de Deus**

Jesus Cristo, plenitude da revelação (cf. 2Cor 1,20; 3,16-4,6), “ordenou aos Apóstolos que o Evangelho [...] fosse por eles pregado a todos os homens” (Dei Verbum 7; cf. Verbum Domini), como fonte da vida. A espiritualidade dos discípulos e seu seguimento concreto estão baseados na Palavra de Deus (DAp 309). “A Palavra eterna fez-Se pequena; tão pequena que cabe numa manjedoura. [...] Agora a Palavra tem um rosto, que por isso mesmo podemos ver: Jesus de Nazaré” (Verbum Domini 12).

2.2.3. **Centralidade do Reino**

A meta da Igreja e de sua missão é estar a serviço do Reino de Deus (cf. LG 9; DAp 33, 190, 223) como “reino de ‘verdade e vida’, reino de santidade e graça, reino de justiça, amor e paz” (LG 36). A proclamação do reino, em atos e palavras, é historicamente relevante, muitas vezes, através dos “sinais dos tempos” (GS 4, 11; PO 9; AA 14; DAp 33, 366) que, mediante novas realidades sócio-históricas, representam uma mensagem imperativa às Igrejas (cf. DicAp n. 37).

2.2.4. **Igreja, Povo de Deus**

Reafirmamos com o Concílio Vaticano II a compreensão da Igreja como Povo de Deus (LG 9-17), do qual emanam vocações e setores eclesiais, inclu-

⁷ DicAp = SUESS, Paulo, *Dicionário de Aparecida*. 42 palavras-chave para uma leitura pastoral do Documento de Aparecida, 3ª ed., São Paulo, Paulus, 2010.

sive as estruturas hierárquicas, de uma Igreja missionária e ministerial. O chamado dos doze apóstolos simboliza a convocação do novo povo de Deus, o novo Israel. A Igreja está na continuidade do povo de Israel, que Deus escolheu para fazer visível a salvação. A Igreja está vinculada ao início escatológico do Reino de Deus, sem ser idêntica a ele. A Igreja é sinal, sacramento e instrumento. O sinal não deve ser confundido com aquilo que é sinalizado. No contexto “Igreja povo de Deus”, a *Lumen Gentium* assume um tópico por muito tempo esquecido: o sacerdócio comum dos fiéis (LG 10.2). Como Jesus não exerceu seu sacerdócio em atos litúrgicos ou cúlticos, mas na doação de sua vida, assim também os que invocam Seu nome devem realizar seu sacerdócio na prática de sua vida cristã, “dando as razões da sua esperança da vida eterna” (cf. Pd 1,15; LG 10). “O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvífica da Igreja. A este apostolado todos são destinados pelo próprio Senhor através do batismo e da confirmação” (LG 33; cf. DicAp n. 35).

2.2.5. Opção pelos pobres e “outros”

Desde Medellín (1968), o magistério latino-americano substituiu a opção abstrata pelo “homem” por uma opção mais concreta pelos pobres e pelos “outros”. Puebla afirmou “a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação” (DP 1134). Santo Domingo e Aparecida igualmente assumem a opção pelos pobres (DSD 296; DAp 397-399): “O encontro com Jesus Cristo através dos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé [...]” (DAp 257; cf. DicAp n. 34).

A prática missionária necessita de uma grande sensibilidade em situações de relações assimétricas. Os missionários se abstêm de qualquer forma de tutela dos pobres e dos outros que se aproveite de sua situação de submissão cultural e fragilidade econômica. Serviços de diaconia não podem ser sutilmente instrumentalizados para insistir em conversão dos beneficiados.

2.2.6. Inculturação e libertação

Lutar pela construção de um mundo para todos, um mundo onde cabem a igualdade fraterna e a diferença de valores culturais, diferentes línguas e cos-

movisões, significa assumir, no mistério da encarnação de Jesus de Nazaré e de libertação pascal na cruz, a causa dos crucificados ao longo da história (mártires!), lutando pela redistribuição dos bens e pelo reconhecimento da alteridade (cf. GS 29). “Toda evangelização há de ser, portanto, inculturação do Evangelho. [...] A inculturação do Evangelho é um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo” (cf. DSD 113; cf. LG 8; DAp 4, 97, 99b, 258, 325, 491, 479). “O rico magistério social da Igreja nos indica que não podemos conceber uma oferta de vida em Cristo sem um dinamismo de libertação integral, de humanização, de reconciliação e de inserção social” (DAp 359, cf. 26, 146, 399; cf. DicAp n. 24).

2.2.7. Salvação universal

“O Salvador quer que todos os homens se salvem” (LG 16; cf. 1Tim 2,4). Segundo o plano de salvação, a vida eterna é para todos. “Os que ainda não receberam o Evangelho se ordenam por diversos modos ao Povo de Deus” (LG 16). “O plano da salvação abrange também aqueles que reconhecem o Criador” (LG 16). De ninguém que procura “o Deus desconhecido em sombras e imagens, Deus está longe” (LG 16a). Todos “que sem culpa ignoram o Evangelho de Cristo e Sua Igreja, mas buscam a Deus com coração sincero e tentam, sob o influxo da graça, cumprir por obras a Sua vontade conhecida através do ditame da consciência, podem conseguir a salvação eterna” (LG 16). “Deus pode por caminhos dEle conhecidos levar à fé os homens que sem culpa própria ignoram o Evangelho” (AG 7a). Em 1990, no 25º aniversário do Decreto conciliar *Ad gentes*, a *Redemptoris missio*, de João Paulo II, reafirmou: “A real possibilidade da salvação em Cristo para todos os homens, e a necessidade da Igreja para essa salvação”, não se excluem (RMi 9, cf. *Dominus Iesus* 20b).

2.2.8. Liturgias transparentes e adaptadas

Exatamente quatrocentos anos após o Concílio de Trento, o Vaticano II aprovou em 4 de dezembro de 1963, na presença de Paulo VI, com 2.147 votos, a Constituição “*Sacrosanctum concilium*” sobre a Sagrada Liturgia. A Constituição, preparada por longos anos pelo Movimento Litúrgico, tornou-se sumamente importante para a Missão por permitir a introdução da língua vernácula, a celebração eucarística *versus populum*, a maior transparência e

simplicidade das celebrações litúrgicas e a liberdade ritual e teológica: “As cerimônias resplandecem de nobre simplicidade, sejam transparentes por sua brevidade e evitem as repetições inúteis, sejam acomodadas à compreensão dos fiéis e, em geral, não careçam de muitas explicações” (SC 34). A compreensão dos fiéis exige certa liberdade de adaptação: “A Igreja não deseja impor na Liturgia uma forma rígida e única para aquelas coisas que não dizem respeito à fé ou ao bem de toda a comunidade. Antes, cultiva e desenvolve os valores e os dotes de espírito das várias nações e povos” (SC 37). A diversidade das culturas exige nas liturgias a possibilidade de variações: “Salva a unidade substancial do rito romano, dê-se lugar a legítimas variações e adaptações para os diversos grupos, regiões e povos, principalmente nas Missões [...]” (SC 38). O fio condutor da SC é simplicidade, transparência, adaptação à índole dos povos na diversidade de suas culturas: “Nas Missões, além do que existe na tradição cristã, seja também lícito admitir os elementos de iniciação que se encontram em cada povo, na medida em que possam ser acomodados ao rito cristão” (SC 65). Essa preocupação está também presente na prática ecumênica: “Resguardando a unidade nas coisas necessárias, todos na Igreja, segundo o múnus dado a cada um, conservem a devida liberdade, tanto nas várias formas de vida espiritual e de disciplina quanto na diversidade de ritos litúrgicos, e até mesmo na elaboração teológica da verdade revelada” (UR 4.7). Da adaptação surgiu, no decorrer do tempo, a necessidade da inculturação.

2.2.9. Liberdade religiosa

A liberdade religiosa é um direito da pessoa humana e um pressuposto da missão: “Os homens todos devem ser imunes da coação [...], de tal sorte que em assuntos religiosos ninguém seja obrigado a agir contra a própria consciência, nem se impeça de agir de acordo com ela” (DH 2.1). O direito à liberdade religiosa “continua a existir, ainda para aqueles que não satisfazem a obrigação de procurar a verdade e de a ela aderir” (DH 2.2).

Na Igreja Católica, a ideia da liberdade como direito da pessoa ou como direito humano foi, por muito tempo, desqualificada como um erro da modernidade. Liberdade de consciência e liberdade da fé foram consideradas liberdades concorrenciais para a exigência da verdade e o mandato

missionário do cristianismo. Hoje, compreendemos a liberdade religiosa como pressuposto da missão. Na difusão da fé, “sempre se há de abster de qualquer tipo de ação que possa ter sabor de coibição ou de persuasão desonesta ou menos correta, sobretudo ao tratar-se de pessoas rudes ou indigentes. Tal modo de agir deve considerar-se como abuso do direito próprio e lesão do direito alheio” (*DH 4.4*). A atividade missionária é submissa a um etos de liberdade que garante o reconhecimento da liberdade religiosa como direito do outro. Reconhecimento esse que não exclui o direito à missão, mas é seu pressuposto.

2.2.10. Diálogo ecumênico, intercultural e inter-religioso

“A Igreja Católica nada rejeita do que há de verdadeiro e santo nessas religiões. Ela considera com sincera atenção aqueles modos de agir e viver, aqueles preceitos e doutrinas. Se bem que em muitos pontos estejam em desacordo com os que ela mesma tem e anuncia, não raro, contudo, refletem lampejos daquela Verdade que ilumina a todos os homens” (*NA2*). Os cristãos, diz a *Gaudium et spes*, não são exclusivamente associados ao mistério pascal e à esperança da ressurreição: “Isto vale não somente para os cristãos, mas também para todos os homens de boa vontade em cujos corações a graça opera de modo invisível. [...] Devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus, a este mistério pascal” (*GS 22*). “Hoje em muitas partes do mundo, mediante o sopro da graça do Espírito Santo, pela oração, pela palavra e pela ação, se empreendem muitas tentativas daquela plenitude de unidade que Jesus Cristo quis” (*UR, 3*), daquela unidade macroecumênica no Espírito Santo.

Com o prefixo da liberdade de consciência, o diálogo inter-religioso se torna um lugar de busca e de aprofundamento da verdade. O diálogo inter-religioso pode produzir uma melhor compreensão da própria convicção religiosa. A verdade é perene, mas a sua compreensão é histórica: “De fato, apesar da plenitude da revelação de Deus em Jesus Cristo, algumas vezes o modo como os cristãos compreendem a própria religião e a vivem pode ter necessidade de purificação” (*DA 32*).⁸ Historicamente, a transparência da Igreja

⁸ Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso/Congregação para a evangelização dos povos, *Diálogo e anúncio*, Petrópolis, Vozes, 1991.

“como sacramento de salvação ofusca-se”. Por isso é que a própria Igreja, “enquanto instituição humana e terrena, e não só seus membros, tem sempre necessidade de renovação e de reforma” (*DA*, n. 36; cf. *UR* 6). No diálogo inter-religioso aprendemos a reconhecer a diferença entre a plenitude da verdade oferecida por Jesus Cristo e a apropriação pessoal e institucional dessa verdade pelos fiéis.

3. Conversão pastoral: do Brasil para o mundo

O seguimento de Jesus, na vida missionária, nos faz distinguir entre “total”, “integral” e “radical”. Aprendemos a sonhar não a totalidade da transformação da realidade social, que seria o paraíso terrestre. Trabalhamos, historicamente, com a radicalidade de sinais e imagens e com uma visão integral da vida que sustentam a esperança dessa transformação. São sinais de justiça e imagens de esperança de uma pastoral que tem raízes na terra e asas para voar. Jesus de Nazaré não mudou a totalidade da realidade social e não prometeu o paraíso na terra, mas fortaleceu nosso desejo de construir um mundo mais humano na terra e esperar confiantes e responsáveis “novos céus e nova terra” (*Ap* 21 e 22). “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (*GS* 1). A pastoral missionária não terceiriza a responsabilidade pelas transformações para a escatologia ou a espiritualidade, mas tampouco confunde totalidade com radicalidade. Nossa responsabilidade para com o mundo está enraizada em nossa visão do ser humano como criatura e imagem de Deus. A Constituição Pastoral do Vaticano II, condensou essa responsabilidade:

“Ainda que haja entre os homens justas diferenças, a igual dignidade das pessoas postula que se chegue a uma condição de vida mais humana e mais equitativa. Pois as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam escândalo e são contrárias à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e à paz social e internacional” (*GS* 29.3).

Qual é o “fidei donum”, o dom da fé, que a Igreja do Brasil pode oferecer ao mundo? O Vaticano II marca universalmente uma re-estruturação da consciência eclesial. Como configurar, a partir do Brasil, o dom da fé para um mundo dividido por desigualdades sociais e pelo não reconhecimento do outro? Não é por causa de nossa grandeza e riqueza, que seremos uma graça para o mundo. Como discípulos missionários dAquele que se fez tão pequeno que coube no presépio, a relevância do Brasil para o mundo não está na imensidão de seu território ou recursos naturais, que para países vizinhos, às vezes, inspiram medo, mas na sua pequenez e fraqueza: “Quando sou fraco, então é que sou forte” (2 Co 12,10).

Na última semana do mês de agosto de 2011 foram publicados os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se somam ao “Novo Mapa das Religiões no Brasil”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entre os anos de 1991 e 2009, a porcentagem de católicos diminuiu 15%, a dos “sem religião” aumentou 2% e a de “evangélicos” aumentou 10%. O número dos não praticantes entre os que declaram pertencer a uma denominação religiosa aumentou. O número de convertidos na comunidade muçulmana do Rio de Janeiro aumentou de 15% em 1997 para 85% em 2009. A conversão de brasileiros para o islã cresceu em 25%. Contudo, vivemos num país estatisticamente ainda católico. A Igreja, nesse país, semelhante a países europeus, perde anualmente um por cento de seus membros. Nesta situação, a missão, como dom da fé, *ad gentes* ou *inter gentes* precisa, a partir de múltiplos desafios, submeter sua reflexão, seu discurso e sua prática a aprendizados diários em casa e a uma profunda “conversão pastoral” (*DAp 365ss*).

3.1. Reciprocidade missionária

O Brasil tornou-se um país de missão. A rigor, todos os países são países de missão. Talvez nunca deixamos de ser um país de missão. A porcentagem estatística de católicos e a nossa visão sobre a missionariedade, como tarefa específica do apostolado, nos enganaram sobre essa realidade. Hoje, vivemos numa situação de missão *inter gentes*. Recebemos missionários de países, onde a Igreja Católica não é hegemônica, como na Ásia ou na África, e enviamos missionários para todos os continentes. No mundo globalizado vivemos - o que faz parte da natureza missionária - um momento histórico

de reciprocidade missionária. A penúria começa a ensinar-nos algo sobre a essência do discipulado: a reciprocidade. A radicalidade do sinal vale mais do que a totalidade quantitativa.

3.2. Fim da “expansão católica”

Esta reciprocidade é não só geográfica. Ela atinge nosso discurso e a razão da nossa missionariedade. Vindo de um país de perdas numéricas não chegamos a outros países para ensinar uma nova “expansão católica”. Também os que chegam de países plurirreligiosos e de “primaveras missionárias”, como são experimentadas na Ásia, perceberão logo que no Brasil não é possível, através de um simples voluntarismo, reverter tendências estatísticas e reproduzir “primaveras” com metodologias e operacionalizações alhures experimentadas.

3.3. Ética missionária

O que podemos aprender, hoje, no Brasil, é a resistência ao fundamentalismo. O discipulado missionário que numa situação de enxugamento institucional resiste à tentação fundamentalista pré-moderna e ao relativismo e individualismo pós-modernos pode ser um dom da fé para o mundo.

A ética missionária é uma ética do reconhecimento recíproco do direito humano da liberdade religiosa do outro. Por um lado, aprendemos a somar forças com as religiões para combater as estruturas do pecado que atravessam o mundo. Por outro lado, nos sentimos convidados pela religião do outro e por aqueles que se dizem sem religião, a expor, pela palavra, e oferecer, pelo testemunho, a beleza da nossa fé em Jesus Cristo, que é Vida para o mundo. O zelo missionário e o respeito da liberdade do outro têm raízes profundas em nossa fé.

3.4. Escutar a voz dos pequenos por toda parte

A cotidianidade da natureza missionária no próprio país não se distingue essencialmente da missão nos confins do mundo. A geografia não muda a essência missionária. O mundo globalizado, o mundo *ad gentes*, passa na porta da nossa casa. Mensagem e significado *ad gentes* são semelhantes à mensagem *inter gentes* do nosso mundo pluricultural urbano, secularizado e globalizado: pregamos cruz e ressurreição. Estamos de prontidão permanente

para a diaconia e o anúncio como expressão da Boa-Nova do Reino de Deus. Em todos os canteiros pastorais, o Deus conosco está a caminho para encontrar-nos através dos necessitados. Também nas perplexidades pastorais, Ele pergunta a sua Igreja, porque ela usa a imagem dos pobres só para coletas e não para se aconselhar com eles. Muitos desafios pastorais seriam melhor encaminhados se escutássemos a voz dos pequenos.

3.5. Trigo e joio por toda parte

A graça da nossa fé é vivida numa dialética social. Temos de distinguir entre a causa do Reino e as práticas institucionais das Igrejas. Se aprendermos, antes de ser enviados para qualquer parte do mundo, que sempre e por toda parte encontramos trigo e joio, facilita nosso seguimento e nos liberta de falsas projeções e expectativas: “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me!” (Mc 8,34). Os discípulos não deixaram um mundo ideal para empenhar-se num mundo do pecado. Na saída e na chegada sempre estamos num mundo do pecado e da graça. O mundo dos puros seria a monocultura do terror. Vivem profetas na Igreja, mas não haverá uma Igreja profética. A natureza missionária tem muitos matizes e profundidades. Todos os discípulos de Jesus são testemunhas, mas não todos são mártires ou confessores. Sempre há pequenos e grandes profetas.

3.6. Inculturação, contraculturalidade, profecia

O discipulado missionário exige inculturação no ambiente onde a fé é vivida. Por outro lado, a fé é sempre vivida contraculturalmente, na contramão da cultura hegemônica. Os pobres, muitas vezes, fazem parte do mundo alienado. A dor pode libertar da ideologia, mas nem sempre liberta da alienação. Inculturação não significa assumir a alienação do mundo alienado. Se aceleração e consumo, crescimento e destruição do planeta Terra, massificação e secularização marcam o nosso tempo no interior do capitalismo tardio, então o dom da nossa fé talvez não tenha respostas diretas, mas pode tornar-se relevante. Aponta para a necessidade de frear o projeto que vai com grande velocidade ao abismo, criticar o modo de produção e consumo que vão além da sustentabilidade ecológica e da convivência social.

Num mundo em que o individualismo vence a solidariedade e o bem comum é subordinado ao clientelismo, a nossa missão é uma missão profética.

Denunciamos as mil réplicas de trabalho e consumo alienados. O imperativo profético se desdobra não só em crítica e denúncia, mas também na assunção positiva da gratuidade, da ascese, do despojamento. A profecia desdobra-se na dimensão contracultural da negação de consumo como freio de emergência de um projeto que impossibilita o projeto do bem viver para todos.

3.7. Somar forças

A luta contracultural pelo bem viver de todos como tarefa missionária é uma luta por novas relações de convivência e produção, e por outros padrões de consumo que correspondam ao projeto da criação. Lutamos por uma relação fraterna com a natureza, nossa irmã, e pelo reconhecimento da alteridade. Procuramos cumprir essas tarefas a partir da nossa fé, como partilha dos dons da fé que recebemos, não para nós, mas para aqueles que os necessitam. Somamos nossos dons da fé aos daqueles que têm dons semelhantes, não a partir de sua fé, mas talvez a partir de seu humanismo que nega referenciais religiosos. Nessa abertura, o nosso discipulado será coerente com nossas origens e relevante para o nosso destino.

Em um mundo que está sob a ditadura da equação custo-benefício, afirmamos que o reino de Deus, o núcleo essencial do nosso querigma, é um dom, historicamente encarnado. Não somos os construtores desse reino; apenas, seus facilitadores. Missão como diaconia não se entrega ao lamento pelos 5 bilhões ainda não batizados, mas pode derrubar muros que separam as pessoas. A nossa missão é uma missão de esperança que possibilita reconhecer a justiça como necessidade, transformá-la em possibilidade cotidiana, experimentá-la como graça e vivê-la convincentemente através da nossa presença solidária, até os confins do mundo.

Reflexão:

1. O que você destaca como importante no texto?
2. Em sua vida você já viveu situações semelhantes? Quais?
3. O que você sugere para melhorar a consciência missionária em nossas comunidades?

Discípulos missionários e missionárias *ad gentes* do Brasil para o mundo

*Apontamentos sobre a missão ad gentes
e sua relevância para a caminhada da Igreja no Brasil*
Estêvão Raschiatti, sx*

A convocação do CAM 4 – COMLA 9 na Venezuela e do III Congresso Missionário Nacional em Palmas, TO, nos desperta, e esses são eventos que têm como finalidade específica e prioritária refletir sobre a missão *ad gentes* da América para o mundo.

Hoje a palavra “missão” assumiu tantos significados que abarca toda e qualquer ação eclesial. Por outro lado, nenhuma Igreja pode perder o foco da missão *ad gentes*, aos povos, e da missão *ad extra*, para fora de seu contexto. Essas não são tarefas específicas: são dimensões essenciais que deverão se integrar com a pastoral e a nova evangelização. Não podem de forma alguma “se tornar uma realidade diluída na missão global de todo Povo de Deus” (RMI 34).

A ênfase dada pela Igreja da América Latina e Caribe à nova evangelização acabou ofuscando a importância da missão aos povos para as Igrejas locais. A tentação em considerar que a missão se resolve, afinal, aqui, no nosso meio, que a realidade com a qual temos que lidar já desafia suficientemente a missionariedade de nossas comunidades, e que é bem mais importante responder às questões que o *nosso* mundo nos coloca termina por sufocar o impulso de sair e se doar.

“A preocupação do que está ao redor, o terreno perdido pela secularização e pela concorrência, a ânsia por uma reconquista, nos atormenta e nos deprime, nos introverte e nos envolve numa dinâmica centrípeta, até o fechamento completo em nós mesmos, tanto do ponto de vista confessional como

* Pe. Estêvão Raschiatti é missionário xaveriano, italiano, há mais de 20 anos no Brasil, atualmente diretor do Centro Cultural Missionário de Brasília. É autor do comentário sobre o Decreto *Ad Gentes* da coleção Revisitar o Concílio, Edições Paulinas, 2011.

do ponto de vista pastoral”.¹

Precisamos sair. Se os Congressos Missionários não derem um pouco de respiro universal à nossa missão, nenhum outro evento vai fazer por eles, e acabaremos por ser engolidos pela inércia, pelo desencanto e pelo narcisismo. No Brasil, a missão *ad gentes* está sendo colocada demasiadamente (e perigosamente) em escanteio por documentos, congressos, assembleias, prioridades, planos e práticas pastorais.

Aqui, neste texto, procuramos motivar e levantar este assunto da missão *ad gentes* abordando dez aspectos essenciais, com o objetivo de despertarmos do torpor, entendermos a importância e pautar nossa caminhada. Para compreender melhor, a cada subtítulo podemos antes colocar: “missão *ad gentes* é ...”.

1. Vontade do Pai

Do alto da montanha, provavelmente, a mesma das bem-aventuranças (cf. Mt 5,1), o Ressuscitado envia seus irmãos *a todos os povos, ad gentes*: “Ide, portanto, e fazei discípulos todos os povos” (Mt 28,19). O mandato missionário do Evangelho de Mateus é muito explícito. O texto grego diz: “μαθητεύσατε πάντα τὰ ἔθνη”, “faça discípulos todos os povos” e não “faça discípulos *entre* todos os povos”, como encontramos em algumas traduções. Não há nenhum *inter* nesta passagem, nem algo que o justifique, nem na tradução latina da Bíblia Vulgata. A missão do Senhor é inequivocamente *ad gentes, a todos os povos*.

Isso poderia parecer um tremendo programa proselitista. Na realidade, contextualizada no Evangelho de Mateus, a passagem adquire o sentido de tornar “irmãos” todos os povos, no caminho discipular indicado por Jesus, que consiste em praticar efetivamente a vontade do Pai: “nem todo aquele que me diz ‘Senhor, Senhor’, entrará no Reino do Céu; só entrará aquele que põe em prática a vontade do meu Pai, que está no céu” (Mt 7,21).

A vontade do Pai é que nos tornemos irmãos entre nós todos. Não é uma simples questão de religião, é a essência do Evangelho: Deus é Pai, nós somos seus filhos e filhas, irmãos e irmãs “de sangue” entre nós. Ponto. De repente, se abre à nossa frente uma nova visão da realidade, como também

¹ RASCHIETTI, Estêvão. *Ad Gentes. Texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 32.

uma visão completamente nova de Deus. Com efeito, Jesus nos apresenta um Deus que não pede sacrifícios para si, ele se sacrifica por nós; não pede oferendas, ele oferece a própria vida; não tira o pão da boca dos pobres, ele se torna pão para saciar multidões.² Deus revela em Jesus seu rosto profundamente humano, e nele a humanidade se encontra divina, reunida numa só família. Pela missão, esse Deus Amor convoca todos os povos a participar dessa sua vida plena, que é vida eterna.

É neste sentido então que Jesus convida qualquer pessoa, povo, sociedade a repensar Deus a partir de Ele próprio, dessa sua vida e dessa sua missão, como Filho de Deus e Filho do Homem: “a todos nos toca recomençar a partir de Cristo” (*Dap* 12). A partir de Cristo somos chamados a tornar-nos mais humanos, irmãos, discípulos, missionários. Todos os povos são chamados a serem missionários, porque “Missão” é essência gratuita de Deus que sai de si para tornar-se puro dom. Essa é a vocação de qualquer pessoa humana, feita à imagem de Deus, chamada a participar da vida de seu criador. Ele quer que todos nós participemos dessa sua vida, que é vida de verdade.

Os profetas tinham já anunciado a salvação de todos os homens e de todos os povos (cf. Is 2,2-4; 49,6; 60,3; Jr 16,19-20). Para o Evangelho de Mateus, a profecia agora se cumpre pela via do discipulado missionário. Para ser salvo, é preciso pôr-se no seguimento de Jesus, entrar em relação com a sua pessoa nos caminhos concretos da missão, na prática da Palavra, na aproximação dos outros e dos pobres. Não há outra possibilidade:

“Uma fé restrita a aclamações litúrgicas e a celebrações rituais da glória divina do Ressuscitado, reduzida a experiências carismáticas e a fenômenos pentecostais, entendida unilateralmente na frequência de onda do entusiasmo do espírito, recebe neste texto [o mandato missionário de Mateus] dura condenação. O Ressuscitado não nos tira da história, não nos faz exilados nos estratos rarefeitos de espiritualidades desencarnadas, mas nos mergulha no presente, colocando-nos perante à exigência de um empenho concreto de obediência e de amor”.³

² Cf. MAGGI, Alberto. Perché scegliere Gesù? In: *Testimoni* 3/2010, p. 27.

³ BARBAGLIO, G.; FABRIS, R.; MAGGIONI, B. *Os Evangelhos (I)*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 419.

2. Caminho discipular

Essa perspectiva universal do Evangelho faz parte de sua própria natureza num duplícido sentido: a Boa-Nova de Jesus é sem dúvida dirigida a todos os povos como ato de aproximação, de encontro, de solidariedade, de esperança, e também como chamado à conversão. Excluir esse *ad gentes* do horizonte eclesial significa, de alguma forma, trair a proposta do Evangelho. “Se nossa missão fosse geográfica, cultural, étnica, socialmente ou eclesialmente limitada e se dirigisse somente a uma pequena clientela de ‘eleitos’, ela se tornaria excludente”.⁴ João Paulo II, em sua encíclica missionária, afirma: “Sem a missão *ad gentes*, a própria dimensão missionária da Igreja ficaria privada do seu significado fundamental e do seu exemplo de atuação” (RMi 34).

Poderíamos até dizer, parafraseando: a própria pessoa de Jesus ficaria privada do seu significado fundamental. A esse respeito, o Evangelho de Lucas conta uma história interessante. Logo no começo de sua atividade pública, Jesus vai a Nazaré, a cidade onde havia se criado, entra na sinagoga e levanta-se para fazer a leitura (cf. Lc 4,14-30). Pega a Bíblia, lê o belo trecho de Isaías 61,1-2, “o espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou para anunciar a Boa Nova aos pobres ...”, mas omite as terríveis palavras dirigidas às nações pagãs: “enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor ... o dia da vingança do nosso Deus”, dizia o texto de Isaías (cf. Is 61,2b).

Jesus pára na vírgula, não lê essas últimas palavras. Essa omissão foi tão proposital que a “homilia” dele vai toda nessa direção: “havia muitas viúvas em Israel e houve grande fome em toda a região. No entanto, a nenhuma delas foi enviado Elias, e sim a uma viúva estrangeira. Havia também muitos leprosos em Israel no tempo do profeta Eliseu. Apesar disso, nenhum deles foi curado, a não ser o estrangeiro Naamã, que era sírio” (Lc 4,25-27).

Os nazarenos não receberam nada bem as palavras de Jesus, “ficaram furiosos” (Lc 4,28). Pois, Javé não era o *nosso* Deus? Não era só *para nós*? O

⁴ SUESS, Paulo. Contextualidade, gratuidade, universalidade. Discernimentos, tarefas e respostas da comunidade missionária no mundo globalizado. CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO SCALABRINIANAS, *Profetismo e identidade apostólico-missionária da irmã scalabriniana*. II Seminário Congregacional sobre Pastoral para Migrantes e Refugiados. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), 2001, p. 262.

Messias não devia se vingar contra os *nostros* inimigos? Como é que agora vira a casaca, trai a luta de seu povo e se torna salvador dos *outros*? Não tinham entendido – e custaram muito a entender também os próprios apóstolos – que Jesus, Filho do Homem e Filho de Deus, não veio só para Israel, mas para todos. Não há mais vingança contra ninguém.

Por este caminho também o discípulo é chamado a se tornar como o mestre (cf. Lc 6,40). No monte das bem-aventuranças, Jesus expõe a cartilha do discípulo missionário. Cinco são as exigências do seguimento, apresentadas numa progressão, como se a própria montanha representasse uma autêntica escalada: (1) alimentar uma fraternidade radical (cf. Mt 5,21-26); (2) garantir uma fidelidade abnegada (cf. Mt 5,27-32); (3) comprometer-se com a verdade franca e singela (cf. Mt 5,33-37); (4) passar da reciprocidade à gratuidade (cf. Mt 5,38-42); (5) viver uma universalidade sem limites (cf. Mt 5,43-48). O amor aos inimigos é colocado no topo desta montanha de onde Jesus envia seus discípulos a todos os povos. Essa deve ser a característica que distingue os discípulos e aponta para a perfeição do Pai (cf. Mt 5,46-48).

A missão universal realiza de maneira plena o discipulado. É o máximo do amor possível. Por isso, a dimensão universal da proposta cristã representa um clímax de todo Evangelho.⁵

3. Mãe da Igreja

Estudando atentamente os Atos dos Apóstolos descobrimos outra coisa muito importante: essa missão *ad gentes* não diz respeito só à missão em si, nem somente à identidade mais profunda de Jesus e de seus discípulos. A missão *ad gentes* tem a ver com a origem e a identidade da própria Igreja.

Em sua obra magistral sobre teologia da missão⁶, Stephen Bevans e Roger Schroeder sustentam que a Igreja nasce de verdade no momento em que compreende e aceita a missão aos povos até os confins da terra. Com

⁵ Para um aprofundamento desta perspectiva veja: RASCHIETTI, Stefano. Ser e fazer discípulos missionários. Uma leitura do Documento de Aparecida a partir do mandato missionário de Mateus. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, n. 268, p. 929-948, out. 2007.

⁶ BEVANS, Stephen B.; SCHROEDER, Roger P. *Teologia per la missione oggi. Costanti nel contesto. Constants in context*. Tradução Giorgio Volpe. Brescia: Queriniana, 2010. Título original: *A Theology of Mission for Today*. Maryknoll: Orbis Book, 2004.

efeito, no começo dos Atos, a comunidade dos discípulos (dispersa depois da captura de Jesus, mas novamente reunida na fé de que Ele ressuscitou) vê a si mesma como o verdadeiro Israel, como um tipo de espiritualidade, de movimento religioso ou de seita *dentro* do judaísmo, sobre o qual incumbe a manifestação do Reino de Deus (cf. At 1,6). Durante 40 dias, o Ressuscitado aparece para lhes falar sobre o Reino de Deus. No final, os discípulos perguntam: “Senhor, é agora que vai restaurar o Reino para Israel?” (At 1,6). Não tinham entendido nada: a perspectiva deles era restrita apenas ao povo de Israel.

Mas, com o proceder do livro, a comunidade começa a tomar consciência lentamente, e também dolorosamente, que está acontecendo alguma coisa de diferente, ao passo que o Espírito a “empurra” e a “conduz” a incluir os samaritanos, os prosélitos, os “tementes a Deus”, os pagãos mercedores e, enfim, os pagãos em massa.

Sete são as etapas do nascimento da Igreja em resposta à missão que lhe foi confiada: (1) antes de Pentecostes, encontramos um grupo acanhado aguardando a restauração do Reino de Israel (cf. At 1,6); (2) em Pentecostes, o Espírito desce sobre os apóstolos que começam a anunciar, mas somente aos judeus (cf. At 2,5); (3) com a pregação de Estevão começa avançar a convicção que o Evangelho precisa ir mais além (cf. At 7); (4) Felipe prega na Samaria e converte o eunuco etíope (cf. At 8); (5) Pedro encontra o centurião Cornélio e o Espírito desce também sobre os pagãos (cf. At 10); (6) em Antioquia, o Evangelho é anunciado também aos pagãos e os membros da comunidade recebem o nome de “cristãos” (cf. At 11,26); (7) a Igreja recém-nascida, como organização distinta da sinagoga, se molda aos poucos em torno da tarefa missionária *ad gentes*, para constituir uma comunidade multiétnica e multicultural (cf. At 13-28).

Mesmo que a missão junto ao judaísmo não seja menor, torna-se sempre mais claro que o futuro deste novo caminho não conduz ao judaísmo, mas ao mundo inteiro como uma nova realidade profética. Os discípulos de Jesus não se reconhecem plenamente como Igreja, como realidade separada do judaísmo, nem mesmo reconhecem ter sido chamados para uma missão universal, sem fronteiras: esse é o ponto que os deve distinguir. Num sentido realístico, portanto, “Pentecostes”, contrariamente ao que se diz normalmente,

não foi o “dia do nascimento da Igreja”: esta nasce somente quando os discípulos de Jesus tomam consciência de serem chamados para além de si mesmos, a ir a todos os povos, até quando (na formulação de Paulo) “chegue a plenitude das nações” (Rm 11,25).

Nesse sentido, a missão *ad gentes* é “a mãe da Igreja”. Literalmente, a missão gera a Igreja. Antes da missão não havia “Igreja”: havia um grupo judaico em meio a outros grupos judaicos, que aguardava ansioso a restauração do Reino de Israel. A missão *ad gentes*, a todos os povos, é agora a grande tarefa que une os discípulos, os alimenta, focaliza suas energias, cura seus pecados e oferece a eles um desafio e uma visão: “a comunidade cristã deve a própria origem ao anúncio apostólico do evangelho e a própria vitalidade ao perpetuar-se deste anúncio”.⁷

O que emerge claramente, portanto, é que a Igreja é “missionária por natureza” desde as origens. Em outros termos, a missão é *anterior* à Igreja e constitutiva de sua própria existência. Essa natureza missionária da Igreja surge no momento em que a comunidade, orientada pelo Espírito, entra em contato com os outros.

4. Testemunho de gente simples

O livro dos Atos dos Apóstolos conta somente uma parte da história das origens da missão cristã, ou melhor, uma história paradigmática de cunho teológico, que provavelmente traça uma trajetória de tantas outras. Não temos notícias, por exemplo, de qual foi a origem da comunidade de Damasco (cf. At 9,19), de quem fundou a comunidade de Putéoli (cf. At 28,14) ou de Roma (cf. At 28,15), o que aconteceu ao eunuco etíope “que prosseguiu sua viagem cheio de alegria” (At 8,39) ou às comunidades da Samaria (cf. At 8,14).

O fato é que os discípulos foram por toda parte, diz os Atos, a partir da perseguição que começou em Jerusalém contra os judeus de origem grega, depois da execução de Estevão (cf. At 8,1). Essa saída é constitutiva da própria Igreja: ser igreja é *ser* em missão. A vitalidade e a existência da comunidade cristã é algo que depende continuamente de um ir além de si mesma, além das fronteiras dos próprios contextos. A sobrevivência do cristianismo sempre

⁷ MOLTSMANN J. *La chiesa nella forza dello Spirito: contributo per una ecclesiologia messianica*. Brescia: Queriniana, 1976, p. 275.

dependeu da transmissão intercultural: motivo de certos declínios da presença cristã em algumas áreas do globo, isso se deve ao fato de as comunidades deixarem de ser missionárias.⁸ A urgência da missão diz respeito à constante urgência da mudança, da adaptação e da tradução: em outras palavras, à permanente abertura ao novo e ao outro.

Foi assim que o cristianismo espalhou-se rapidamente em diversas maneiras, tanto no Ocidente como no Oriente. No império romano, missionários itinerantes levaram a Boa-Nova até os extremos do mundo até então conhecido, mas foi o testemunho exemplar de muitos cristãos dispostos a morrer pela própria fé que tornou-se fator determinante para a adesão das pessoas. No momento em que o cristianismo passou decididamente do mundo judaico para o mundo grego, a igreja trouxe proveito da rede de comunidades judaicas da diáspora, já instaladas há tempo nos diferentes contextos socio-culturais do império romano.

Ainda mais, além das fronteiras romanas, o Evangelho seguiu os caminhos do comércio e das migrações, alcançando de maneira surpreendente terras ainda mais longínquas como a Índia e, poucos séculos mais tarde, a China. Na África, o cristianismo estava presente e permaneceu desde a época apostólica em países como Egito, Sudão e Etiópia, pela ação de pessoas influentes (cf. At 8,27) e pela evolução do movimento monástico.

Uma das principais ideias errôneas que temos sobre a história do cristianismo é que essa teria sido uma religião ocidental, quando, na realidade, durante os primeiros mil anos, era mais difundida na Ásia e na África do que na Europa. Somente pouco antes do século XVI o Ocidente tornou-se o coração da cristandade.

O que salta aos olhos nesta primeira expansão cristã é que foi realizada principalmente por pessoas comuns que não dependiam de liderança alguma. Certamente, não faltaram evangelizadores que proclamavam explicitamente a Boa-Nova, particularmente missionários e monges itinerantes, mas foi prevalentemente o testemunho informal, alegre e cotidiano dos simples cristãos que atraiu novos discípulos. Era algo que vinha de dentro dos corações, quase como um impulso entusiasta de vida que se comunicava por si no dia a dia, nos encontros entre as pessoas, nos bate-papos.

⁸ Cf. BEVANS, p. 193.

Essa comunicação informal contava com uma rede familiar de relações bastante aberta e inclusiva, mas também se ampliava pelos mercados e pelas redes sociais de comunicação. Na época do império romano, existia uma extraordinária mobilidade de comerciantes, artesãos, migrantes, soldados e escravos, que iam e vinham por um excelente sistema viário. Mesmo assim, o papel mais relevante para a evangelização foi o da casa de família, que reunia familiares, escravos, funcionários, vizinhos, onde aconteciam reuniões, debates, catequeses e celebrações litúrgicas.

O cristianismo dos primeiros séculos foi um fenômeno urbano, capilar e doméstico. Na época, como também muitas vezes hoje, a vida nas cidades era particularmente difícil, precária, marcada por epidemias, misérias, violência e conflitos sociais de todo tipo. As comunidades cristãs davam um testemunho de forte pertença, fraternidade e igualdade entre os membros, e organizavam serviços à sociedade na cura aos doentes, no abrigo aos órfãos, no socorro aos pobres, sem discriminações e sem exclusões, acolhendo a todos. Era uma nova comunidade que anunciava um novo tipo de sociedade, uma nova ética e uma nova fé, ganhando adeptos não por proselitismo, mas pela admiração (cf. *DAP* 159).

Os novos adeptos eram introduzidos na comunidade por um caminho catecumenal, e tornavam-se, por sua vez, missionários pelo sacramento do batismo, ministrado junto à eucaristia e ao crisma na Vigília Pascal, depois de uma iniciação prolongada e exigente.

5. Profecia *versus* conquista

No século IV, como sabemos, o cristianismo tornou-se religião oficial do império. Deste momento em diante, a Igreja começou a lidar com situações de estreita aliança com o poder político, no assim-chamado regime de crmandade: o rei se torna cristão, todo mundo há de se tornar cristão. Estima-se que, na época do imperador Constantino, ao qual se deve essa mudança nas relações entre estado e Igreja, 10% da população do império já havia se tornado cristã: um crescimento fora do comum. Contudo, os 90% restantes, a partir daquele momento, deviam se tornar cristãos por decreto.

Começaram assim as conversões em massa, sempre apontando pri-

meiro à conversão do rei. O catecumenato foi aos poucos abandonado para dar lugar à instrução religiosa pós-batistal. A ação missionária passou da cidade ao campo, onde estava a maioria das pessoas a serem instruídas e catequizadas, desta vez por obra não dos simples cristãos, mas dos monges e das monjas. Enfim, o movimento cristão estruturou-se em sua organização hierárquica como verdadeira instituição, elaborou e afinou sua doutrina por meio de concílios ecumênicos, encontrou em Roma o seu centro espiritual e disciplinar.

O protagonismo da vida religiosa monástica nessa fase da história da missão fez com que a missão fosse entendida como uma vocação particular, mais que como parte essencial das promessas batistais. Contudo, a atuação dos religiosos, sobretudo no meio dos povos germânicos e saxões, colocou em evidência o aspecto do testemunho profético próprio do discipulado missionário. Eram homens e mulheres enviados às fronteiras do império, trabalhavam a terra como camponeses, tinham uma conduta de vida exemplar, conjugavam vida de oração com a ação manual e intelectual. Eram discretos, silenciosos, perseverantes, humildes, zelosos, inculturados e cultos: gente de grande visão. Por tudo isso, e por muito mais, eram admirados pelo povo e o povo com eles se identificava. A obra deles reconstruiu e sustentou a sociedade europeia depois da decadência do império romano.

Apesar de tudo disso, nesse novo contexto, a conversão das pessoas começou lentamente a assumir os tons de uma coerção forçada. “*Compellere intrare*”, “obriga-os a entrar”, era o grito de guerra lançado por Agostinho contra os donatistas.⁹ A passagem era tomada da tradução da Bíblia Vulgata de Lc 14,23: “obriga-os a entrar”, teria dito Jesus na parábola em que transeuntes eram convidados (obrigados) a participar do banquete. Os adversários de frei Bartolomé de las Casas, defensor dos índios na América espanhola no século XVI, desafiaram o dominicano a interpretar essa frase do Evangelho para explicar métodos de aproximação um tanto complacentes com os “selvagens”. Segundo esses teólogos, abordagens empáticas não teriam encon-

⁹ Os donatistas (cujo nome advém de Donato de Casa Nigra, bispo de Cartago) constituíram um grupo considerado herético e cismático. Eram moralmente rigorosos, e sustentavam que a Igreja não devia readmitir cristãos que negaram sua fé durante as perseguições. Os donatistas encontraram em Agostinho um adversário inflexível, e foram suprimidos com a força.

trado fundamento nas Escrituras!

Foi assim que, pelo menos desde Carlos Magno (†814) ao longo de toda a Idade Média, o anúncio do Evangelho *ad gentes* concretizou-se em guerras santas e justas que arrasavam e impunham com a espada os povos não cristãos. Na experiência fundante do “Novo Mundo”, a descoberta da América no final do século XV, a missão cristã foi mais uma vez cúmplice e parceira estratégica de uma aventura sangrenta de desencontro, de domínio e de negação do outro. “Fora da Igreja não há salvação” declarava o dogma da Igreja contra os infiéis.¹⁰ “Salvar almas do fogo do inferno” era a convicção granítica dos missionários que usavam de todos os meios e sacrificavam suas vidas para batizar o maior número possível de pagãos.

A própria palavra “missão”, enquanto termo técnico de uma atividade específica de difusão da fé entre os não cristãos, surge nesta época de expansão e de conquista do Ocidente, a partir da descoberta da América, graças aos jesuítas, para caracterizar a evangelização entre os pagãos, contemporaneamente e conjuntamente aos projetos coloniais espanhóis e portugueses. Os laços entre a conquista espiritual e os interesses seculares eram tão estreitos que figuras como José de Anchieta puderam afirmar: “por isso nenhum fruto, ou ao menos pequeníssimo, se pode colher deles [os indígenas], se não se juntar a força do braço secular, que os dome e sujeite ao jugo da obediência.”¹¹

A missão, assim como a conhecemos, surge com a colonização e está definitivamente encravada na conquista, como se fosse a continuação moderna das cruzadas medievais. Os muitos exemplos de missionários abnegados que resistiram corajosamente à arrogância das potências coloniais e de suas políticas não mudaram infelizmente o quadro geral.

6. Penitência e discernimento

O Documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopato Latino Americano e Caribenho em Aparecida (*DAp*), ao abordar o tema da missão,

¹⁰ Dogma do Concílio de Florença, 1441.

¹¹ ANCHIETA, J. de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988, p. 55.

convida todas as comunidade cristãs a uma conversão pastoral e renovação missionária.¹² É preciso antes de mais nada: “abandonar as estruturas caducas que já não favoreçam a transmissão da fé” (*DAp* 365).

Podemos nos perguntar se entre essas “estruturas caducas” não esteja também a missão *ad gentes*, assim como a conhecemos a partir do percurso sofrido do continente americano: afinal, de que “missão” estamos falando? De uma missão entendida a partir do regime de cristandade, como um *ad extra* geográfico, marcada por uma trágica presunção exclusivista, com o objetivo de expandir, conquistar e implantar a Igreja no mundo? É essa a missão que nós queremos? Podemos ficar entusiastas com uma missão desse tipo? Será que uma certa idéia de missão não contagia também a nova evangelização, como missão *ad intra* em países de antiga e nova tradição cristã (cf. *RMi* 33), onde os destinatários são chamados frequentemente de “afastados”? “Afastados” do quê? Da Igreja, evidentemente, que permanece no centro de uma cosmovisão absolutamente autorreferencial, egocêntrica e intransigente. Nessa mentalidade, nem se cogita que é a própria Igreja que, de fato, anda muito afastada do povo!

Portanto, de que maneira é possível falar hoje de “renovação missionária” das nossas comunidades, se a própria noção de missão está profundamente equivocada? Pelo mesmo crivo passam também os pilares fundantes da teologia da missão: a unicidade da salvação em Cristo e a necessidade da Igreja. Seriam também esses conceitos “estruturas caducas” a serem abandonadas? A pretensão universalista cristã está baseada na proclamação de um único e verdadeiro Deus, e na adoção de meios específicos para a salvação. Por outro lado, se tirarmos esses dois conceitos-chave, não há mais qualquer razão para a missão e nem para a existência da própria Igreja. Como então reafirmá-los, evitando qualquer fundamentalismo e exclusivismo, diante de um mundo secularizado e pluricultural que nos desafia a esse respeito?

A reflexão teológica e a prática missionária juntam-se nesta busca a partir da convicção que Cristo e Igreja permanecem um mistério de fé. Participamos deste mistério na medida em que nos aproximamos sempre mais por meio de nossa compreensão, nossa prática e nossa missão. Compreender a

¹² Para um aprofundamento deste tema veja: RASCHIETTI, Stefano. A missão *ad gentes* no Documento de Aparecida. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, n. 275, p. 642-675, jul. 2009.

missão não como atividade ou território, mas como “essência” de Deus e da Igreja significa participar de uma prática jesuana de proximidade aos outros e aos pobres, para comunicar vida em termos de humanidade, compaixão, gratuidade e fraternidade sem fronteiras como caminho de salvação. “Fora do dom da vida (acolhido e oferecido) e da fraternidade não há salvação”, diria o DAp com outras palavras (cf. *DAp* 359-360).

O caminhar da missão em direção ao Reino é sempre um caminhar no Espírito, que exige um trabalho permanente e penitencial de discernimento entre desejo, esperança, riscos a serem assumidos e realidade. Esse discernimento é feito a partir das origens do caminho de Jesus, e constitui o elemento essencial para não confundir a fidelidade ao Senhor com a fixação em modelos historicamente limitados.¹³ As estruturas caducas que precisam ser abandonadas estão sedimentadas no profundo de uma consciência eclesial, que foi se formando ao longo de um caminho feito de trigo e de joio, de erros e de acertos, de tributos a pagar pela contextualidade e historicidade da própria Igreja. Qual santa e pecadora, não faltaram deficiências e ambiguidades por parte dela (cf. *DAp* 98). Por isso necessitamos de uma ação insistente, paciente e participativa de mudança de mentalidade da qual possam surgir uma nova maneira de pensar, de agir, de acreditar, de caminhar e de sonhar para continuar a semear a esperança do Evangelho no meio de todos os povos.

7. Saída e conversão

A missão *ad gentes* consiste no seguinte: não podemos esperar que as pessoas venham a nós, precisamos nós ir ao encontro delas e anunciar-lhes a Boa Nova ali mesmo, onde se encontram. Esse princípio parece quase óbvio. No entanto, na prática, a Igreja sempre teve a tentação de evangelizar os povos a partir de sua própria condição, permanecendo em seu lugar, a partir de sua própria cultura, enviando e delegando seus missionários, mas sem se envolver num movimento de saída e de inserção nas situações que desejavam evangelizar.¹⁴

¹³Cf. KRAUTLER, Erwin. La Iglesia local, protagonista de la misión. Em: *Memórias del COMLA VI — CAM I*. Buenos Aires; Obras Misionales Pontificias, 2001, p. 129.

¹⁴Cf. COMBLIN, José. *Paulo, Apóstolo de Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 38.

A dinâmica da missão implica sempre um *sair ao encontro*. Missionário não é aquele que acolhe, mas é *o acolhido* pelo outro: ele não é o dono da casa, mas o hóspede. Missão é um termo que, hoje, ligeiramente serve para descrever toda ação da Igreja. No entanto, não podemos perder de vista o que *especificamente* se entende com isso, pena esvaziar o seu sentido. A palavra “missão” vem do latim “missio” que quer dizer “envio”. *Ad gentes*, aos povos, nos lembra ainda mais que somos nós que devemos ir, e não os outros vir até nós, tanto de um ponto de vista físico, como também de um ponto de vista cultural e simbólico: nós somos enviados a ir ao encontro dos outros.

Uma Igreja enviada é uma Igreja que está fora de casa, que faz a experiência radical do seguimento, do despojamento e da itinerância, como companheira dos pobres (cf. *DAP* 398) e como hóspede na casa dos outros. O discípulo é essencialmente um peregrino e um enviado que redefine suas relações deixando casa, irmãos, irmãs, pai, mãe, filhos, campos, por causa de Jesus. Esse Jesus disse: “Eu sou o Caminho” (Jo 14,6) e não: “Eu sou a chegada”. Esta identificação de Jesus com o caminho foi algo de marcante para a constituição das primeiras comunidades cristãs (cf. At 9,2).¹⁵ Diz respeito a uma Igreja que continuamente sai de suas relações para fazer outras relações, que não se contenta com a chegada, mas que faz do caminho sua verdadeira morada. Por isso a Igreja é chamada a desinstalar-se: “a Igreja necessita de forte comoção que a impeça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do Continente” (*DAP* 362).

Isso corresponde a uma verdadeira conversão para as nossas comunidades demasiadamente plantadas: “nós somos agora, na América Latina e no Caribe, seus discípulos e discípulas, chamados a navegar mar adentro para uma pesca abundante. Trata-se de *sair de nossa consciência isolada* e de nos lançarmos, com ousadia e confiança (parrésia), à missão de toda a Igreja” (*DAP* 363). A conversão pastoral e a renovação missionária da qual fala o *DAP* em suas páginas centrais trata substancialmente de uma *saída*. Na saída de si, do círculo da própria comunidade e dos confins da própria terra, se realiza para a Igreja essa conversão. Paradoxalmente, o tema da conversão, antes de ser dirigido aos destinatários da missão, é curiosamente apontado pelo *DAP* como

¹⁵Cf. SUESS, Paulo. Migração, peregrinação e caminhada. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, n. 238, p. 309, jun. 2000.

exigência fundamental para a própria Igreja e de todos seus sujeitos .

Cinco são as perspectivas de conversão missionária para a Igreja da América Latina e Caribe. A primeira é a saída das estruturas (cf. *DAp* 365), como já vimos. O envio missionário é expressão de uma ruptura com um envolvimento sistêmico, com enquadramentos estruturais e institucionais, políticos e culturais, seculares e religiosos. A gratuidade que gera a missão produz soltura, abertura, liberdade, além de todas as fronteiras. Não é por acaso que, na história da evangelização e na própria cultura missionária, sempre houve certa complacência com a liberdade dos missionários em relação a leis e normas da Igreja.

A segunda conversão é das pessoas (cf. *DAp* 366): elas precisam sair de si. Essa conversão toca o coração e desafia a capacidade das pessoas de se deixarem tocar e interpelar pelas situações. A missão nasce sempre de uma *compaixão*, que, por sua vez, surge de uma visão e de uma escuta (cf. Ex 3,7-8; Mt 9,36). É preciso, portanto, *sair de si mesmos* para pôr-se nessa disposição de profunda atenção e contemplação da realidade, particularmente dos pobres e das vítimas, dos crucificados e dos injustiçados.

A terceira saída é das relações (cf. *DAp* 368): é preciso sair de um esquema excessivamente hierárquico-institucional para uma prática de autêntica fraternidade, onde somos chamados a nos sentir igualmente irmãos e irmãs entre gêneros, culturas, pessoas, povos e ministérios diferentes, acreditando que é possível um verdadeiro diálogo aberto entre as pessoas, povos e culturas, apostando num espaço comum de coexistência fraterna onde todos são reconhecidos.

A quarta conversão é das práticas pastorais (cf. *DAp* 371), porque somos convidados a transformar também o nosso agir saindo de práticas pastorais corriqueiras, sacramentalistas e conservadoras. Uma pastoral de conservação apenas *repete*, ano após ano, as mesmas atividades, sem reflexão, sem *pensar* na missão: “nesse contexto, a história não se faz, se padece, mergulha-se num eterno recomeçar, numa história cíclica, tecida pela rotina da sobrevivência no cotidiano, condenando a pastoral a ‘vegetar’, uma pastoral de manutenção, a uma ação aistórica e, a longo prazo, anti-histórica”.¹⁶

¹⁶BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 202.

Enfim, a quinta conversão é a saída das fronteiras: “o mundo espera de nossa Igreja latino-americana e caribenha um compromisso mais significativo com a missão universal em todos os Continentes. Para não cairmos na armadilha de nos fechar em nós mesmos, devemos formar-nos como discípulos missionários sem fronteiras, dispostos a ir ‘à outra margem’, àquela onde Cristo ainda não é reconhecido como Deus e Senhor, e a Igreja não está presente” (DAp 376).

8. Paixão pelos povos

Se a missão *ad gentes* tem a ver diretamente com essas cinco saídas-conversão, é nessa última, a saída das fronteiras, que ela se realiza plenamente.

Para uma Igreja que se propõe a uma decidida conversão missionária, a seguinte passagem do Decreto *Ad Gentes* pode ressoar um tanto intrigante e desafiadora: “a graça da renovação não pode crescer nas comunidades, a não ser que cada uma dilate o campo da sua caridade até aos confins da terra e tenha igual solicitude tanto pelos que são de longe como pelos que são seus próprios membros” (AG 37). O Vaticano II aponta para a dimensão universal da missão como fator determinante para uma verdadeira conversão entendida como *saída*.

Em que medida isso faz sentido para a nossa realidade? A saída de si tem como horizontes últimos os confins da terra. É sempre um andar “extrovertido” além de todas as fronteiras. Como dissemos, essa universalidade não significa “tarefa específica”: ela diz respeito à própria essência e à dinâmica da missão.

No entanto, o número de missionários e missionárias além-fronteiras do Brasil para o mundo é bastante exíguo. A passagem do *receber* dons de outras igrejas ao *dar* com gratidão é marcada por fortes resistências. O motivo principal de certa introspecção parece ser a urgente preocupação com a missão *ad intra* no nosso país, apesar de alguns documentos da CNBB convidarem a superar também essa dificuldade.¹⁷

¹⁷“Uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a missão para além de seu território. A maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária. Estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse atrofiado seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais” (CNBB. *Igreja: comunhão e missão*, 119).

De que maneira podemos suscitar em nossos batizados e em nossas comunidades uma abertura verdadeiramente missionária sem uma perspectiva genuinamente *ad extra*, sem fronteiras, católica, atenta e sensível ao mundo todo? Sem esse respiro, sem paixão pelos povos, sem compaixão pela humanidade inteira, corremos o risco de cairmos numa dinâmica centrípeta e, afinal, egocêntrica, traindo a missão e o espírito do próprio Evangelho.

“Sejam sempre capazes de sentir profundamente qualquer injustiça praticada contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. Essa é a qualidade mais linda de um revolucionário”. Assim Ernesto Che Guevara despedia-se dos filhos em sua última carta antes de ser morto na Bolívia. O discípulo missionário teria mais motivos ainda para tornar próprias estas palavras: todas as angústias do mundo são suas angústias, todas as alegrias são suas alegrias, todos os sonhos são os seus sonhos. Hoje, o cristão é chamado, por vocação, mais do que qualquer outra pessoa, a ser universal, ou seja, uma pessoa que tem responsabilidade não só sobre si, mas sobre o mundo inteiro por meio de suas opções, suas atitudes, sua consciência e seus compromissos. Numa época de globalização como a nossa, não é mais possível pensarmos em termos paroquiais, regionais ou nacionais: são pequenos demais. Se houver salvação, será uma salvação para a humanidade e a criação toda. Se houver *paz, justiça, fraternidade, vida plena para todos*, será em termos planetários ou não será.

É preciso, portanto, nos educar a uma espiritualidade universal (cf. *DAP* 376). Muitas vezes lembra-se aos cristãos que eles são missionários pelo batismo e por sua própria vocação (cf. *DAP* 284-285; 377), mas não se recorda, com o mesmo ânimo, que são *universais*, “católicos”, e que têm compromissos com o mundo inteiro. Sem essa característica se desvirtua completamente o ser discípulo missionário. A paixão pelos povos, própria da vocação cristã *ad gentes*, se expressa no sentir e no vibrar profundamente pela humanidade inteira, e em ser capaz de realizar gestos simples, ousados e concretos de solidariedade e de partilha com os outros povos, até o envio de missionários e missionárias além-fronteiras. Em outras palavras, “pensar mundialmente e agir localmente”. Só assim nos tornaremos um sinal profético de uma nova humanidade mundial, fraterna e multicultural.

9. Comunhão eclesial

Se nem todos os batizados podem partir para uma missão além-fronteiras, todos, porém, são chamados a participar dessa missão se alguma maneira: espiritualmente, com “orações e penitências em vista de tornar fecunda a atividade missionária”; economicamente, para “não permitir que faltem os recursos necessários à missão” (AG 35); vocacionalmente, para que “venham a surgir futuros mensageiros do Evangelho” (AG 39). A dimensão universal da missão jamais deve ser vivida como uma aventura isolada: a missão além-fronteiras é sempre um trabalho em mutirão, que expressa um forte espírito comunitário e eclesial.

Para que isso aconteça é necessário que se faça uso dos meios de comunicação, para que todos os batizados conheçam “a situação da Igreja no mundo e ouçam a voz das multidões que estão gritando”. Informar é a primeira tarefa de uma animação missionária¹⁸ do povo de Deus (cf. RMI 83), pois o que se desconhece não se ama, e o que não se ama não desperta nenhum desejo de “sentir como própria a atividade missionária”, e de “abrir o coração diante das imensas e profundas necessidades de populações inteiras e das inúmeras formas possíveis de ajuda” (AG 36).

O Concílio Vaticano II, na eleição da Igreja local como sujeito da missão *ad gentes* (cf. AG 20), se refere a ela não apenas como protagonista da missão contextual, e sim também da missão universal, seguindo o princípio da *comunhão de igrejas*. Pois, se a Igreja toda *está* na Igreja local (“nestas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres ou dispersas, está presente Cristo, por cuja virtude se reúne a Igreja una, santa, católica e apostólica” – LG 26), é verdade também que a Igreja local não é toda a Igreja. A Igreja se constitui também como *comunhão de igrejas*, pelo mesmo princípio de *comunhão* que faz a Igreja ser Igreja, tanto num contexto particular como também na extensão universal. Desta maneira, a Igreja que resulta da comunhão das Igrejas locais é a mesma que se realiza no interior destas últimas. Há, portanto, uma mútua inclusão entre Igreja local e Igreja universal.¹⁹ A Igreja universal não é a soma das igrejas locais, e nem é identificável apenas com a

¹⁸Cf. Congregação para a Evangelização dos Povos. *Cooperatio Missionalis*, n. 2.

¹⁹Cf. MIRANDA, Mário de França. *Igreja e sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 24.

Igreja de Roma. Trata-se de uma *dimensão* essencial da Igreja que se expressa na comunhão entre todas as Igrejas locais. O adjetivo *local* não significa uma restrição da universalidade, mas indica o lugar no qual a universalidade deve concretamente mostrar-se.

Por esse caminho, o Concílio articula particularidade e universalidade, localidade e catolicidade à procura de uma autêntica plenitude da Igreja. Se a Igreja é plenamente Igreja num contexto histórico definido, pelo princípio da encarnação, a mútua reciprocidade com as outras Igrejas é “a garantia que essa concretude da Igreja local não se resolva no particularismo étnico e cultural, incapaz de amor católico, e que, por outro lado, a abertura da Igreja universal não desvaneça em generalidades ou em monolitismos”.²⁰

A partir dessas afirmações, e de muito mais da nova eclesiologia do Vaticano II, podemos tirar algumas consequências óbvias a esse respeito, como por exemplo: “os bispos foram consagrados para a salvação do mundo e não apenas de uma determinada diocese (...) nasce daí a comunhão e a cooperação de cada uma das Igrejas com todas as demais” (AG 38), que se concretiza numa obra de animação missionária, particularmente através das Pontifícias Obras Missionárias, capaz de suscitar gestos de solidariedade e de fraternidade, como oferecer “às missões alguns dentre os seus melhores padres” (AG 38).

Por tabela, essa paixão pela missão *ad gentes* e essa responsabilidade com todas as Igrejas deve animar profundamente o ministério presbiteral (cf AG 39), os institutos religiosos de vida contemplativa e ativa – *todos*, não apenas os com carisma explicitamente missionário (cf. AG 40) – e a participação ativa dos leigos tanto na animação missionária, como também na ação missionária específica (cf. AG 41).

10. Essência e contexto

O Concílio Ecumênico Vaticano II, do qual celebramos os 50 anos de abertura, foi um concílio eminentemente missionário e universal. O Papa João XXIII, na mensagem radiofônica um mês antes do começo dos trabalhos, afirmou que:

“A sua razão de ser [do Concílio Vaticano II] é a continuação, ou melhor, a retomada mais enérgica da resposta do mundo inteiro, do mundo moderno

²⁰COLZANI, Gianni. *Teologia della Missione*. Padova: Edizioni Messaggero, 1996, p. 127.

ao testamento do Senhor, formulado naquelas palavras pronunciadas com divina solenidade, as mãos estendidas rumo aos confins do mundo: «Ide, portanto, fazei discípulos todos os povos».²¹

O grande mandato de Mateus torna-se um dos lemas do evento, o trecho bíblico mais citado em suas variadas formas nos documentos finais. O cardeal belga Leo Jozef Suenens, umas das figuras-chave do concílio, dirá que “essas palavras constituem os próprios temas do plano do Concílio”.²²

Com a presença de cerca 3000 bispos vindos de 116 países dos cinco continentes, 192 pastores de outras igrejas e representantes de outras religiões, pela primeira vez hóspedes na Basílica de São Pedro, o Vaticano II foi definido por Paulo VI um “espetáculo de universalidade”. Era a primeira vez na história que isso acontecia, pois os concílios anteriores agregavam um número bem mais limitado de bispos, quase todos da Europa. O maior Concílio até então tinha sido o Vaticano I (1869-1870), com 642 prelados.

Pois bem, foi exatamente o Concílio Vaticano II, depois de um longo e conturbado caminho, que deu vida a um novo consenso em torno da missão *ad gentes*, na vontade de superar uma concepção focalizada exclusivamente na organização das “missões” em terras não cristãs, para uma concepção mais ampla e articulada de uma missão global da Igreja no mundo contemporâneo. Ao declarar que “a Igreja peregrina é por sua natureza missionária” (AG 2), o Concílio apontava para uma essência da Igreja, mais que a uma atividade específica de expansão nos países não cristãos.

Com efeito, a Igreja já se encontrava numa situação de diáspora diante da fragmentação e da multiculturalidade do mundo globalizado. A hegemonia das tradições religiosas em determinados territórios tinha deixado lugar ao pluralismo possível, graças às encruzilhadas proporcionadas por tecnologias, mercados, mobilidades humanas e aglomerações urbanas. Nesse contexto, a missão *ad gentes* ampliava por inércia seu âmbito de ação não apenas às fronteiras geográficas, mas àquelas também sociais e cultu-

²¹ ENCHIRIDION VATICANUM. 1. *Documenti ufficiali del Concilio Vaticano II 1962-1965*. O asterisco depois da número do parágrafo é indicado por essa mesma fonte, para distinguir os discursos pontifícios dos documentos conciliares. EV 25*f.

²² WITTSTADT, K. Às vésperas do Concílio Vaticano II. In: ALBERIGO, G.; BEOZZO, J.O. (Coords.) *História do Concílio Vaticano II*. v. I, p. 433, apud SUENENS, L.J. *Aux origines du Concile Vatican II*, p. 4.

rais.²³ Antigamente, na mentalidade da cristandade, coincidia exclusivamente com a missão *ad extra*, em territórios culturalmente não cristãos. Hoje, parece impor-se como realidade em qualquer lugar, particularmente nos contextos de antiga tradição cristã. Nesse contexto, as palavras “todos os povos” do grande mandato de Mateus deviam indicar “todos os povos” *mesmo*, e não apenas os povos não cristãos.

Contudo, se de um lado a missão foi redescoberta como essência teo-legal pelo Vaticano II, é verdade também que existem contextos e situações particularmente desafiadoras, que requerem uma ação específica distinta de qualquer ação pastoral e que chamamos especificamente de “missão” (cf. AG 6). Caso contrario, se tudo é missão, nada mais é missão. Esses contextos e situações se definem: (1) pela falta/necessidade de um primeiro anúncio do Evangelho; (2) pela falta/necessidade da presença de uma comunidade cristã; (3) pela falta/necessidade de uma transformação social pelos valores do Evangelho. Esses contextos são especificamente missionários, deixando de sê-los à medida que se alcançam níveis satisfatórios de discipulado, de testemunho e efetiva mudança social.

Além disso, precisamos prestar atenção a um aspecto básico que tratamos anteriormente: se a missão *ad extra* (além-fronteiras) não detém mais nem a exclusividade de todo discurso missionário da Igreja, nem o mesmo sentido de implantar a Igreja, ela, porém, continua a fazer parte dos compromissos essenciais de cada igreja local como expressão de sua catolicidade e de comunhão com as outras igrejas. Sem uma dimensão universal explícita qualquer missão perde seu sentido mais autêntico e seu exemplo de atuação (cf. RMI 34).

Conclusão

A missão aos povos sempre foi, é e sempre será a grande tarefa da Igreja, assumida por suas comunidades às vezes com certa resistência. Repetidas vezes se tenta minimizar, postergar ou até depreciar esse desafio, com a desculpa-urgência de que a missão está aqui no nosso meio, ou que a missão passou a ser outra coisa. Acabar com a missão *ad gentes* é acabar com

²³Cf. o capítulo IV da *Redemptoris Missio*: “Os imensos horizontes da missão *ad gentes*” (RMI 31 – 40).

a graça da missão. Assim como a palavra “missão”, também a palavra “míssil” vem da mesma raiz “missio”, que quer dizer “envio”. O míssil não é feito para ficar parado. Da mesma forma a Igreja também não é feita para ficar apenas constituída em suas instituições, em seus assentos e em suas estruturas: ela foi criada para pegar fogo e se lançar ao mundo. Essa é sua natureza!

Talvez o receio de invadir o espaço do outro, de importunar as culturas, de promover sem querer uma conquista espiritual com a melhor das intenções, nos leve a um preconceito e a uma relutância contra essa perspectiva. Os traumas e as cicatrizes do passado contam profundas feridas na alma dos nossos povos. É uma história que não gostaríamos de repetir sem mais nem menos.

É fundamental, como dissemos, ter discernimento, atitude penitencial e aprender a prestar atenção às assimetrias criadas por sentidos de superioridade e aproximações voluntaristas. Por outro lado, Pe. Comblin nos convida também a essa interessante reflexão:

“A irredutibilidade das culturas tende a desanimar toda tentativa missionária. Em certos casos, ela levou a propor certas posições pastorais que são válidas até certo ponto e de modo muito relativo. Assim, a evangelização do semelhante pelo semelhante. O evangelho tende a mostrar que, muito pelo contrário, a evangelização radical é obra do estrangeiro. Uma mensagem comunicada pelo semelhante ao semelhante reduz-se facilmente a um puro monólogo. O interlocutor ouve-se a si mesmo e encontra prazer e satisfação na palavra, porque ele se ouve e se reconhece. Com essas condições não há evangelização possível. Pois esta vem da parte de fora e exige que o sujeito se abra a uma novidade e esteja disposto a romper os seus hábitos mentais e vivenciais. Jesus foi um estrangeiro, e todos os missionários também aparecem como estrangeiros. Não procuram ocultar essa condição. Jesus não quis atenuá-la no caso dos seus discípulos: não os mandou para os seus semelhantes e sim para todas as nações do mundo cuja cultura lhes era completamente alheia”.

E continua:

“Crer na missão é também crer que há em todas as pessoas uma abertura fundamental, uma capacidade de recepção de mensagens situadas além da cultura, um apelo virtual a uma luz própria. Crer na missão é crer que a pessoa não fica presa dentro da sua cultura, isto é, dentro de uma persona-

lidade autônoma e fechada”.²⁴

Que o Espírito do Senhor nos ensine sempre a crer firmemente na missão, a não viver uma fé introvertida e intimista, e nos abra continuamente as portas para sairmos de nós mesmos, de nossas comunidades e movimentos, de nossas paróquias e de nossas dioceses. “Para nos converter e uma Igreja cheia de ímpeto e audácia evangelizadora, temos que ser de novo evangelizados” (cf. *DAp* 549) no encontro com os povos, com os outros, com os pobres, além de toda fronteira, como discípulos missionários comprometidos com a transformação do Brasil para um mundo melhor.

Reflexão:

1. O que você destaca como importante no texto?
2. Em sua vida você já viveu situações semelhantes? Quais?
3. O que você sugere para melhorar a consciência missionária em nossas comunidades?

²⁴COMBLIN, José. *Jesus enviado do Pai*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 19-20.

"AMÉRICA MISIONERA COMPARTE TU FE"



Rumbo al CAM 4 - Comla 9
Maracaibo - Venezuela 2013

TEMA:

***"Discípulos misioneros de Jesucristo
en un mundo secularizado y pluricultural"***



OBRAS MISIONALES PONTIFICIAS EN VENEZUELA
Fo a Esperanza, N° 6, Altigracia, Caracas 1010 - Apartado 4868 / RIF: J-001765280
ompvenezuela@gmail.com / www.ompvenezuela.com / www.venezuelacam4.org
Tif: (0058+212) 562.0971 / Fax: (0058+212) 561.7985
Oficina del CAM 4
(0058+212) 886.1663 / (0058+212) 886.1670